

# 2017

## RELATÓRIO ANUAL



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

# **Relatório Anual 2017**

## **Defensoria Pública do Rio Grande do Sul**

**Outubro de 2016 a Setembro de 2017**



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

# Administração Superior

Defensor Público-Geral do Estado: **Cristiano Vieira Heerd**t

Defensor Público-Chefe de Gabinete: **Rodrigo Gomes Pinho**

Defensor Público-Assessor de Gabinete: **Rogério Souza Couto**

## Subdefensorias Públicas-Gerais

Subdefensora Pública-Geral do Estado para Assuntos Institucionais: **Cassandra Sibemberg Halpern**

Defensores Públicos-Assessores: **Liseane Hartmann e Saulo Brum Leal Júnior**

Subdefensor Público-Geral do Estado para Assuntos Jurídicos: **Tiago Rodrigo dos Santos**

Defensores Públicos-Assessores: **Rafael Rodrigues da Silva Pinheiro Machado e Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros**

Subdefensor Público-Geral do Estado para Assuntos Administrativos: **Antonio Flávio de Oliveira**

Defensoras Públicas-Assessoras: **Adriana Munhoz de Quadros e Melissa Torres Silveira**

## Ouvidoria-Geral

Ouvidora-Geral: **Patrícia Lucy Machado Couto**

## Corregedoria-Geral

Corregedora-Geral: **Adriana Hervé Chaves Barcellos**

Subcorregedora-Geral: **Helena Maria Pires Grillo**

Defensores Públicos-Corregedores: **Fernanda Knijnik Milman, Gustavo Brunet de Souza, Marcelo Turela de Almeida, Silvia Pinheiro de Brum e Felipe Facin Lavarda**

## Conselho Superior

Cristiano Vieira Heerd (Presidente)

Cassandra Sibemberg Halpern (Subdefensora Pública Institucional)

Adriana Hervé Chaves Barcellos (Corregedora-Geral)

Gustavo Oliveira da Luz

Alisson De Lara Romani

Neusa Maria Albrecht

Patrícia Bacchieri Duarte Alcântara

Andrey Régis de Melo

Tarcizio Scherer Perlin

Patrícia Lucy Machado Couto (Ouvidora-Geral)

Juliana Coelho de Lavigne (ADPERGS)

## Dirigentes de Núcleos Especializados

Núcleo de Defesa da Saúde: **Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros**

Núcleo de Defesa do Direito das Famílias: **Patricia Pithan Pagnussatt Fan**

Núcleo de Defesa Agrária e Moradia: **Luciana Artus Schneider**

Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas: **Larissa Pilar Prado**

Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente: **Jonas Scain Farenzena**

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos: **Mariana Py Muniz Cappellari**

Núcleo de Defesa do Direito da Mulher: **Patricia Pithan Pagnussatt Fan**

Núcleo de Defesa Criminal: **Barbara Lenzi**

Núcleo de Defesa em Execução Penal: **Barbara Lenzi**

Núcleo de Defesa Ambiental: **Rafael Rodrigues da Silva Pinheiro Machado**

Núcleo de Defesa Cível: **Rafaela Consalter**

# SUMÁRIO

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- 7 Apresentação
- 8 Linha do Tempo
- 10 Histórico Institucional
- 11 Estrutura
- 13 Administração Superior
- 14 Subdefensorias Públicas-Gerais
- 17 Núcleos Especializados
- 18 Organograma Administrativo

## DEFENSORIA EM NÚMEROS E ATENDIMENTOS

- 21 Orçamento
- 23 Recursos Humanos
- 24 Ingresso de Novos Agentes
- 25 Atendimentos
- 27 Novas Sedes
- 28 Onde Estamos
- 30 Locais de Atendimento
- 35 Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento
- 36 Defensoria na Mídia

## PROJETOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

- 43 Projeto de Modernização Institucional
- 48 Centro de Referência em Direitos Humanos
- 49 Centro de Referência em Mediação e Conciliação
- 50 Defensoria Itinerante no Sistema Prisional
- 51 Ações Institucionais

# Estrutura Organizacional

“

*A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul inspira e exerce a confiança, pois efetiva em plenitude, competência, empatia, ética. Dessa forma, alcança resultados efetivos, mesmo sob condições adversas. Portanto, a nossa Defensoria é protagonista e exemplo, no campo do Direito.*

*(Manoel Pereira de Almeida Neto, assistido da Defensoria Pública - Carazinho)*

”



AGRALE  
1A 19.9

DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



# Apresentação



**Cristiano Vieira Heerd**  
Defensor Público-Geral do Estado

**N**ovamente a Assembleia Legislativa abre suas portas para a apresentação do relatório anual da Defensoria Pública. Como nas edições anteriores, o relatório compreende as atividades desenvolvidas pelo órgão no período de 12 (doze) meses. Neste ano, o relatório divide-se em três grandes eixos: a estrutura organizacional, os dados estatísticos e os programas e ações institucionais.

Os números apresentados no relatório revelam que a instituição, não obstante as dificuldades financeiras pelas quais passam os setores público e privado no país, continuou com seu projeto de expansão e de melhoria do atendimento à população gaúcha. Embora seja o órgão mais recente do sistema de justiça, com pouco mais de duas décadas desde a sua criação aqui no Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública tem se destacado perante a sociedade, que a reconheceu como **instituição de confiança dos gaúchos**.

No final do ano passado, promovemos nossa primeira pesquisa de opinião pública, ouvindo mais de duas mil pessoas em todas as regiões do Rio Grande do Sul, entre setembro e outubro de 2016, e, de acordo com os dados divulgados, mais da metade dos entrevistados (61%) afirma que possui uma imagem **mais** positiva da Defensoria Pública. Apurou-se, ainda, que a Defensoria Pública é a instituição do sistema de justiça na qual os gaúchos mais confiam, com um índice de (59%) de confiança.

No âmbito nacional, o Conselho Nacional do Ministério Público realizou pesquisa para dimensionar a importância das instituições. Foram ouvidas mais de cinco mil pessoas em todo o Brasil, e a pesquisa apontou que 92,4% dos entrevistados avaliam a Defensoria Pública como  **muito importante** ou **importante**, enquanto 74,1% elegeram a Defensoria Pública como o órgão que desfruta de maior confiança dentre aqueles do sistema de justiça.

Para manter o reconhecimento e a confiança que o cidadão deposita na Defensoria Pública, bem como expandir e melhorar o atendimento aqui no Rio Grande do Sul, seguimos com a execução das diretrizes do Projeto de Modernização Institucional (PMI), que compreende, dentre outras ações, a implementação pioneira do Planejamento Estratégico 2016-2021.

O Planejamento Estratégico é uma das principais ações do PMI e tem como objetivo o próprio fortalecimento da Defensoria Pública, através da execução de projetos e ações que busquem fortalecer a imagem institucional e reduzir a exclusão por meio do acesso à justiça.

Nossa missão, em meio ao aumento exponencial da demanda, é atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito, com vistas ao reconhecimento pela sociedade como instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça pelo cidadão em situação de vulnerabilidade.

E a apresentação do relatório de atividades em sessão da Assembleia Legislativa do Estado constitui uma grande oportunidade para que a sociedade gaúcha conheça as atividades e as necessidades da Instituição, eis que o diálogo e a interlocução com o Parlamento são fatores determinantes para o bom desempenho da missão constitucional da Defensoria Pública.

Por fim, afirmamos nosso compromisso de reduzir a judicialização, com a adoção de mecanismos e métodos consensuais e autocompositivos, que objetivam a pacificação social, a solução e a prevenção de litígios, como a mediação e a conciliação. Em Porto Alegre, implementamos o Centro de Referência em Mediação e Conciliação, que atuará inicialmente na área do direito das famílias, no qual são realizadas oficinas de **parentalidade**, sessões de mediação e educação em direitos.

Agradecemos aos gaúchos pela confiança!

# Linha do Tempo

## 1930-2016

### DIREITO FUNDAMENTAL

- 1934 – Assistência gratuita é direito fundamental na CF/34

### PGE

- 1961 – Procuradoria Geral do Estado (PGE) assume as atividades com atuação de consultores jurídicos e advogados de ofício

### CONSTITUIÇÃO DE 1988

- 1980 – Unidade de Assistência Judiciária da PGE recebe assistentes judiciários aprovados em concurso
- 1988 – CF/88 cria Defensoria Pública
- 1989 – No RS, Constituição Estadual prevê Defensoria Pública Estadual

### INSTALAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

# 1994

1930

1950

1960

1970

1980

1990

1994

2000

### ADVOGADOS DE OFÍCIO

- RS designa advogados de ofício para vagas criminais e cíveis em POA

### ASSISTENTE JUDICIÁRIO

- 1974 – É instituído cargo de Assistente Judiciário
- 1977 – Abertura de concurso para Assistente Judiciário

### NASCE A DPE

- 1991 – LCE 9.230 cria a Defensoria Pública do RS (DPERS) sendo os cargos preenchidos por assistentes judiciários
- 1994 – Aperfeiçoamento e normatização da legislação Federal e Estadual
- 1999 – I Concurso Público para Defensor Público é realizado

### AUTONOMIA

- 2000 – 1ª turma de Defensores Públicos concursados toma posse
- 2002 – LCE 11.795 estabelece o Estatuto dos Defensores do RS
- 2004 – DPERS passa a ter autonomia administrativa funcional e orçamentária
- 2005 – II Concurso para Defensor Público
- 2009 – Lei 13.224 cria 23 cargos de Defensor Público

## ESTRUTURAÇÃO

- 2010 – III Concurso para Defensor Público
- É criada a Ouvidoria-Geral e o Conselho Superior é regulamentado
- 2011 – Lei 13.821 cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares
- 2012 – I Concurso Público para servidores
- 2013 – Primeiros servidores concursados da DPERS tomam posse

## PLANEJANDO O FUTURO

- Homologação do IV Concurso para Defensor Público
- Execução do Projeto de Modernização Institucional
- Lançamento do Planejamento Estratégico

## CRESCIMENTO

- Posse de 24 novos Defensores Públicos
- Implementação do Planejamento Estratégico
- Instalação do Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC)
- II Concurso Público para Servidores

2010

2014

2015

2016

2017

## SEGUINDO EM FRENTE

- Início da nomeação dos aprovados do IV Concurso
- Criação do Projeto de Interiorização
- Remoção de 122 Defensores Públicos

## FORTALECIMENTO

- Emenda Constitucional 80 determina que Estados dotem todas as comarcas de Defensores Públicos
- Abertura do IV Concurso para Defensor Público
- Aprovada Lei 14.554 que cria 44 cargos de Defensor Público
- Inicia Projeto de Modernização Institucional com financiamento do BNDES

# Histórico Institucional

Reprodução do Diário Oficial do Estado de 31 de maio 1994, que tratou da implementação da Defensoria Pública.

No Estado do Rio Grande do Sul (RS), a população conta com o serviço de assistência judiciária gratuita há mais de quatro décadas. No entanto, foi somente em decorrência da Constituição de 1934 que o instituto da assistência judiciária ganhou novo patamar e consolidou-se como direito do cidadão e obrigação da União e dos Estados. A contar deste regramento, o RS instituiu um serviço governamental de assistência judiciária, assinalado com a criação do cargo de Consultor-Geral do Estado, pelo Decreto nº 5.950, de 19/06/1935.

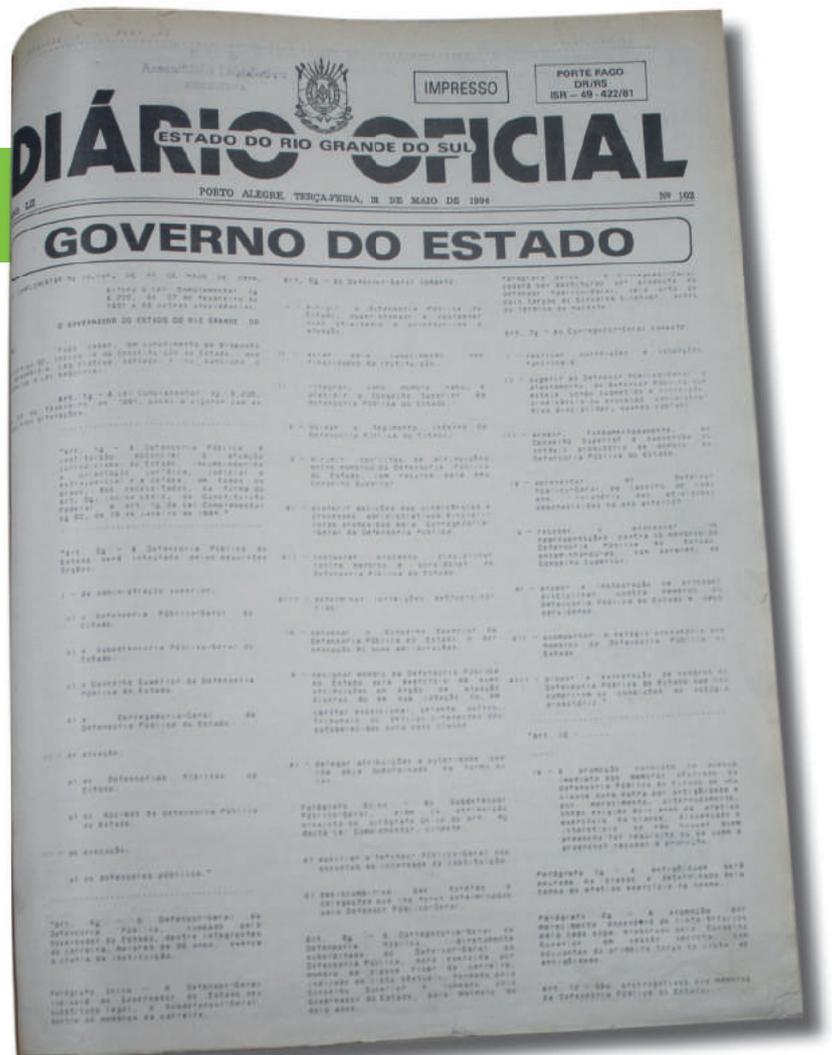
Posteriormente, o Decreto nº 17.114/65 instituiu o Departamento Jurídico Estadual, reunindo em um mesmo órgão as atribuições dos serviços de assistência judiciária e de consulta jurídica. Neste particular, foi criado o quadro de consultores Jurídicos e de advogados de Ofício da Consultoria-Geral do Estado. Anos mais tarde, este passou a ser denominado Procuradoria-Geral do Estado e, em seu organograma, havia a Unidade de Assistência Judiciária.

Com a promulgação da Constituição Federal de 88, foi criada a Defensoria Pública em seu art. 134 e, com o disposto no art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi assegurado também o direito a assistentes judiciários e advogados de ofício optarem pela carreira de Defensor Público. No Rio Grande do Sul, surgiu, no início da década de 90, a Defensoria Pública gaúcha, criada pela Lei Complementar Estadual nº 9.230/91.

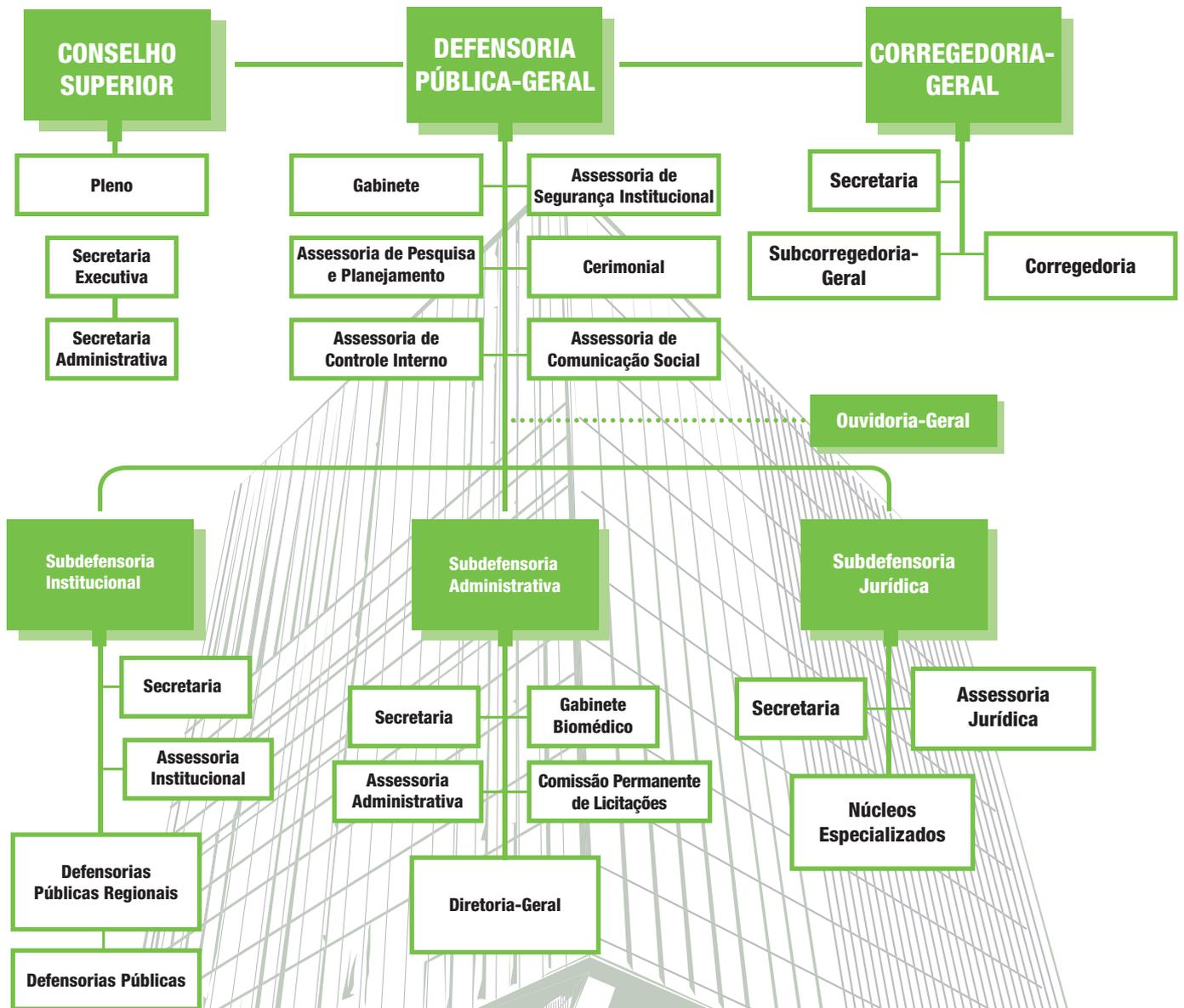
Todavia, apenas em 1994 o órgão foi implementado no Rio Grande do Sul nos moldes constitucionais, por meio da Lei Complementar nº 10.194/94. No âmbito

federal, foi editada a Lei Complementar Federal nº 80/94, que instituiu a Lei Orgânica Nacional. Aqui no Estado, o primeiro concurso público para ingresso na carreira de Defensor Público veio a ocorrer em 1999. Em 2005, a Emenda Constitucional Estadual nº 50/05 contemplou a Defensoria Pública com a autonomia financeira, orçamentária, administrativa e funcional, além da iniciativa de lei e da eleição para a chefia institucional mediante lista tríplice. Em 2009, houve significativa modificação da Lei Orgânica Nacional, através da Lei Complementar Federal nº 132/09. Em 2014, a Emenda Constitucional nº 80/14 previu a expansão do atendimento a todas unidades judiciárias do país, no prazo de 8 anos.

FONTE: Texto elaborado com base no livro A Defensoria Pública e o Acesso à Justiça Penal. SOUZA, Fábio Luís Mariani. Porto Alegre: Núria Fabris, 2011



# Estrutura



# ATRIBUIÇÕES DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Os Defensores Públicos são agentes políticos com formação jurídica que ingressam na carreira mediante aprovação em concurso público. A legislação possibilita a atuação da Defensoria Pública em praticamente todas as áreas do Direito, com objetivo de assegurar o acesso à justiça a todos os cidadãos.

Entre as funções de Defensor Público estão:

- Prestar orientação jurídica e exercer a ampla defesa e o contraditório dos necessitados em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- Exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes, dos consumidores, dos idosos, das pessoas com deficiência, das mulheres vítimas da violência doméstica e familiar e de outros grupos vulneráveis que mereçam especial proteção do Estado;

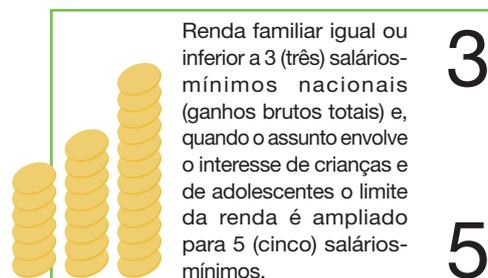
- Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, assim como promover a difusão e a conscientização desses direitos;
- Atuar em estabelecimentos penais e de internação de adolescentes, visando a assegurar o exercício pleno de direitos e garantias fundamentais.

## Os Defensores Públicos atuam nas seguintes áreas:

**Cível, Família, Saúde, Consumidor, Criança e Adolescente, Tributário, Administrativo, Criminal, Direitos Humanos, Execução Penal, Ambiental, Violência Contra a Mulher e Regularização Fundiária.**

# CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO

A Defensoria Pública presta atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade que encontrem dificuldades para exercitar seus direitos. Dentre os critérios estão a vulnerabilidade econômica, a vulnerabilidade por razão da **idade, gênero, estado físico e/ou mental**, e em vulnerabilidade por circunstâncias **sociais, étnicas e/ou culturais**.



## Deduções para aferição da renda familiar:

Deduções para aferição da renda familiar:

- meio salário-mínimo por dependente;
- parcelas devidas por lei ou determinação judicial, tais como impostos incidentes sobre a renda, verbas previdenciárias e pensão alimentícia;
- gastos ordinários com a moradia familiar, tais como despesas de água e energia, condomínio, aluguel e financiamento imobiliário para a aquisição de bem de família, até o limite de um salário-mínimo nacional.

# Administração Superior

Coordenar as atividades da Defensoria Pública, orientar a sua atuação, representar a Instituição judicial e extrajudicialmente, assim como junto ao Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) é competência da Administração Superior. Diante de sua autonomia funcional administrativa e financeira, cabe à Administração Superior praticar atos de gestão, abrir concurso público e prover cargos de suas carreiras e dos

serviços auxiliares, bem como manter diálogo permanente com os demais Poderes e Instituições de Estado, buscando-se sempre o fortalecimento e o aprimoramento do acesso à justiça ao cidadão hipossuficiente e/ou vulnerável.

A Defensoria Pública tem autonomia funcional, administrativa e financeira, respeitando os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## PROXIMIDADE COM DEFENSORES E DEFENSORAS PÚBLICAS



Conhecer a realidade das Defensorias Públicas regionais por meio do olhar dos próprios Defensores e Defensoras Públicas que atuam na comarca é abrir um canal de comunicação e transparência por parte da Administração Superior para tornar a prática da gestão e da liderança mais colaborativa e com resultados efetivos. A troca de experiências entre membros visando a melhores práticas resulta em um compartilhamento de conhecimento que permite o aperfeiçoamento da prestação de serviço público. O projeto Interiorização do Gabinete atua, desde 2016, por meio do diálogo e da aproximação, focando em conhecer as demandas dos membros e esclarecer dúvidas. No período, foram realizados quatro encontros, ocorridos nas cidades de Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo e Capão da Canoa, contemplando dezenas de Defensores e Defensoras Públicas de diversas cidades.

## CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A Instituição propicia capacitações e qualificações regulares aos Defensores e Defensoras Públicas com a finalidade de subsidiá-los de informações e novos conhecimentos e aprimorar a prestação de serviço público. Cursos de formação auxiliam na manutenção e no padrão de qualidade do atendimento humanizado e com resultados efetivos. A engrenagem gira em sincronia quando todos estão motivados e são capazes de atuar em harmonia, visando objetivos comuns. As capacitações são oportunidades de enriquecimento teórico e prático na área jurídica e em outras áreas, o que garante a multidisciplinariedade na atuação da Instituição. Em maio de 2017, o filósofo Mario Sergio Cortella falou sobre liderança e gestão de pessoas e como cada pessoa pode fazer o seu melhor e alcançar encantamento em tudo o que faz.



# Subdefensorias Públicas-Gerais

## SUBDEFENSORIA INSTITUCIONAL

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais compete, precipuamente, planejar, implementar e coordenar as atividades institucionais dos órgãos de administração, de atuação e de execução da Defensoria Pública, estabelecendo as rotinas e as escalas de trabalho e dirimindo dúvidas sobre aspectos de atuação, além de outras atribuições. Dentre essas atribuições,

reúnem-se os dados estatísticos da Instituição, confeccionam-se despachos, manifestações, pareceres e ofícios nas solicitações de atividades extraordinárias, atentando-se à continuidade e à manutenção da qualidade do serviço público prestado. Este órgão de Administração Superior possui substancial atuação no implemento de medidas que visem a conferir maior eficiência à Instituição.

### Atividades do Período

Pareceres	86
Manifestações	156
Despachos	63
Ofícios	193
Remoções	112
Portarias	484
Fale Conosco	3171
Flagrantes encaminhados	1171

## SUBDEFENSORIA JURÍDICA

A Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos é órgão da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado e está vinculada diretamente à Defensoria Pública-Geral. Entre suas atribuições destacam-se a elaboração de anteprojetos de lei e acompanhamento do processo legislativo das matérias de interesse e afetas à atuação da Defensoria Pública e a emissão de pareceres e manifestações em expedientes administrativos. A Subdefensoria Jurídica tem intensa atuação junto ao Parlamento Gaúcho, no acompanhamento da tramitação de projetos de lei e propostas legislativas de iniciativa da Defensoria Pública do Estado, e ao Tribunal de Contas do Estado. Além disso, atua na orientação e integração das atividades jurídicas desenvolvidas pelos Defensores Públicos, promovendo a integração e o intercâmbio entre os Núcleos Especializados, os quais estão sob sua coordenação.

### Atividades do Período



## SUBDEFENSORIA ADMINISTRATIVA

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos incumbe o planejamento, a coordenação e a execução da política administrativa da instituição, de forma a promover o bom aparelhamento das instalações físicas das Defensorias Públicas Regionais localizadas na Capital e nas diversas comarcas do Estado. Incumbe, ainda, gerir o sistema de pessoal da Defensoria Pública do Estado, bem como coordenar as finanças da instituição, participando, inclusive, da construção da proposta orçamentária, que implica planejamento e estabelecimento de projetos e metas a serem executados no ano financeiro subsequente. O desafio está em implementar melhorias nas condições de atendimento aos assistidos e de trabalho dos Defensores e servidores, de molde a consolidar o pleno acesso à Justiça dos necessitados.

### Atividades do Período

Pedidos analisados	2.238
Expedientes administrativos analisados	702
Execuções de novos layouts nas sedes próprias	46
Execuções de novos layouts nas Defensorias localizadas nos Foros	32
Novas sedes em funcionamento	15
Processos licitatórios realizados	77
Vagas de estágio criadas	100

## CONSELHO SUPERIOR

O Conselho Superior é o órgão da Administração Superior, com nove membros titulares, que desempenha atividades consultivas, normativas e decisórias.

### Realizações importantes no período

- Publicação da Resolução CSDPE nº 01/2017, que aprova o Regulamento do II Concurso para Provimento dos Cargos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado;
- Publicação da Resolução CSDPE nº 03/2017, que cria o Centro de Referência em Mediação e Conciliação da Defensoria Pública (CRMC) e dá outras providências;
- Designação de Defensores Públicos para atuar em missão da força-tarefa do projeto “Defensoria Sem Fronteiras”, nas cidades de Manaus/AM, Natal/RN e Boa Vista/RR;
- Realização da eleição para o cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado para o biênio 2017-2019.

Reuniões Realizadas pelo Conselho Superior	
Ordinárias	9
Extraordinárias	2

## CORREGEDORIA

A Corregedoria-Geral é o órgão da Administração Superior responsável pela orientação e fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Defensoria Pública.

AÇÃO	REALIZAÇÕES
Averiguações preliminares (Defensores e Servidores)	58
Sindicância (Defensores e Servidores)	11
Correições	2
Defensorias Inspeccionadas	204
Orientações	53
Normativas expedidas	7
Vitalicimento*	65
Pareceres expedidos	261
Análise de justificativa para não interposição de recursos	327
Análises propostas de alteração de atribuições e criação de DPEs Especializadas	19

\*(Avaliações preliminares, visitas de orientação, relatórios quadrimestrais e correições anuais)

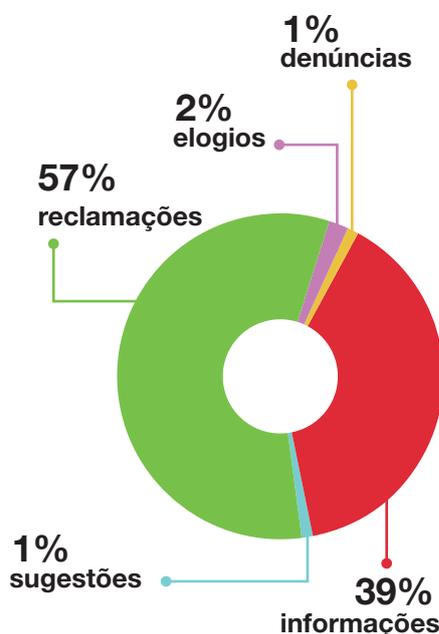
Principais ações: Atuação efetiva junto ao Conselho Nacional de Corregedores-Gerais ocupando o cargo de 1ª Secretária; participação ativa na capacitação dos Defensores nomeados em 2017; e presença registrada em vários eventos institucionais e interinstitucionais, com intercâmbio de informações. Somente neste período, a Corregedoria-Geral inspeccionou 44% das 460 Defensorias Regionais e teve um incremento em número de inspeções.

## OUVIDORIA

A Ouvidoria é um espaço para promover, ampliar e facilitar o diálogo com a população, garantindo o acesso à justiça. É um órgão auxiliar para melhorar a atuação dos Defensores Públicos.

### Ações do período:

Realização dos projetos “Ouvindo a Vila” nos bairros Vila Nova, Cruzeiro e Glória, em Porto Alegre, e nos municípios de Alvorada, Gravataí, Pelotas e Tapes; apoio no mutirão “Dia Mundial pelo fim da violência contra a mulher”, no seminário “Autonomia Econômica e Violência Doméstica”; e nos Minicursos “Feminicídio Negro”, “Direitos Sexuais e de Gênero: a aplicação dos Princípios de Yogyakarta”, “Tortura e Audiência de Custódia: identificação, processamento e responsabilização” e “Liberdade de Expressão & Criminalização”, além de participação na Parada Livre LGBT, no Encontro Nacional de Ouvidores das Defensorias Públicas do Brasil e promoção da Roda de Conversa “Outra justiça é possível: Diálogos entre ouvidorias de Defensorias Públicas com Sociedade Civil”.



### ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA OUVIDORIA

ANO	Nº DE ATENDIMENTOS
2011	196
2012	396
2013	309
2014	370
2015	696
2016	750
2017*	1447

\*Até 30/09

**1.447**  
FOI O NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS

# CENTRO DE ESTUDOS, DE CAPACITAÇÃO E DE APERFEIÇOAMENTO

O Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública (CECADEP) é órgão vinculado ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral, criado por Resolução do Conselho Superior da DPE/RS, com objetivo de promover a qualificação dos membros e servidores da Defensoria Pública, bem como da cidadania em geral. A missão da Defensoria Pública exige condições de excelência técnica de seus agentes e órgãos auxiliares, proporcionada por programa permanente de educação e aperfeiçoamento técnico-profissional. O CECADEP desenvolve quatro linhas de atuação: 1) capacitação (interna e externa), 2) publicações, 3) pesquisas.

## CAPACITAÇÕES PMI

### CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE DEFENSORES PÚBLICOS

Foram realizados no período 8 cursos de capacitação em temáticas definidas pelos Núcleos especializados da DPE/RS, atingindo 451 participantes entre Defensores.

### PAZ COM VOZ

Programa de educação em direitos para assistidos, servidores e público externo. Foram realizadas duas linhas de capacitação: O Projeto Virando a Página, com 3 turmas e 23 participantes, e 4 minicursos (“Feminicídio Negro”, “Direitos Sexuais e de Gênero: a Aplicação dos Princípios de Yogyakarta”, “Tortura e Audiência de Custódia” e “Liberdade de expressão e Criminalização”), com 3 oficinas cada, totalizando 139 participantes.

### CURSO DE FORMAÇÃO DE NOVOS DEFENSORES

Participaram 32 novos Defensores Públicos em 6 edições do curso, com total de 612 horas.

### PUBLICAÇÕES DA REVISTA DA DEFENSORIA

Dois edições publicadas: 16ª Edição - AGO/DEZ 2016, 17ª Edição - JAN/ABRIL 2017.

### REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação da Pesquisa “Uso de Tornozeleiras Eletrônicas e Prevenção de Delitos” realizada em parceria com a faculdade de Direito da UFRGS.

### REALIZAÇÃO DE JORNADA UNIVERSITÁRIA

I Jornada Universitária da Defensoria Pública Direito em Debate, em Cachoeira do Sul, na Ulbra.



## DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Realiza a gestão, manutenção e evolução do parque tecnológico da DPE/RS. No período, realizou-se a modernização da gestão dos recursos de TI a partir da execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) em consonância com as melhores práticas corporativas e alinhado ao Planejamento Estratégico da Defensoria (PED) e foram criados o Conselho Diretor de TI e o Comitê de Governança de TI. Com o crescimento da Instituição, gerou-se o desafio de garantir a segurança da informação das trocas de dados entre as Defensorias Regionais e ampliar as redes. A Defensoria conta com mais de 2,2 mil computadores e 450 ultrabooks, 500 multifuncionais/impressoras, 2 mil usuários ativos na rede interna, dezenas de aplicações fabricadas em casa (sendo o Portal da Defensoria a mais importante), centenas de licenças de diversos softwares, entre outros. O trabalho é realizado por servidores capacitados, organizados em times especializados, com o apoio de contratos com fornecedores para serviços específicos.



## DIRETORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO

Desenvolve seu trabalho ancorado em normas técnicas, realizando projetos arquitetônicos, elétricos, de lógica e de comunicação visual. Elabora Termos de Referência para contratação de materiais e serviços no âmbito da engenharia e arquitetura, pareceres e laudos técnicos das condições de utilização para locação de novos imóveis, acompanhamento dos PPCI'S, projetos de alteração e adequações de layout e execução/manutenção das instalações utilizadas pelas Defensorias Regionais. No período, a equipe deu seguimento na implantação do projeto de modernização da sede, que envolveu a renovação dos elevadores, reforma geral dos três primeiros andares da sede destinados à Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento, revitalização da fachada, elaboração do projeto para reforma da subestação (em elaboração) e projetos de reforma interna dos demais andares da sede (em andamento). A atuação incluiu a estruturação de 16 sedes novas, 28 adequações de layout de sedes do interior, 2 ampliações de sedes do interior e 20 vistorias com emissão de parecer técnico.



## DIRETORIA DE LOGÍSTICA

Realiza o planejamento, coordenação e orientação das unidades de Patrimônio, Material e Almoarifado, Protocolo, Expedição e Arquivo, Serviços Gerais e Administração Predial e Transportes e Manutenção de Veículos, assim como a gestão das rotas de atendimento, revitalização e manutenção das sedes da Defensoria e padronização dos bens e materiais da Instituição. É responsável também pela elaboração de Termos de Referência para compra de materiais permanente e de expediente, gestão e fiscalização dos contratos de limpeza, manutenção predial, portaria e dos contratos de locações da DPE e suas Defensorias Públicas Regionais, além de ser o suporte de apoio em mutirões e eventos. No período foram realizados 3.191 atendimentos (manutenção, informática, materiais, ressarcimentos serviços) e foram entregues 9 novas sedes regionais. Há 172 locais de atuação da Defensoria Pública atendidas pela Diretoria de Logística.

# Núcleos Especializados

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul conta com Núcleos Especializados que prestam apoio operacional aos Defensores Públicos atuantes no atendimento à população. Promovendo a atuação institucional harmônica e o aprimoramento das atribuições institucionais, os Núcleos estimulam a integração e o intercâmbio permanente com os Agentes. Além disso, os Núcleos Especializados estimulam a solução extrajudicial de litígios e a celebração de convênios, dentro de suas áreas de abrangência.

## ATUAÇÃO EM DESTAQUE

### **NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (NUDDH)**

Desenvolveu atividades especializadas na área de proteção e defesa dos direitos humanos, atuando no tratamento preventivo e reparatório, judicial e extrajudicial, de graves violações de direitos humanos, em especial quanto a minorias e pessoas em situação de vulnerabilidade. O NUDDH instaurou 11 Procedimentos de Apuração de Danos Coletivos (PADAC's); 352 Procedimentos para Apuração de Danos Individuais (PADIN's); 60 Expedientes Avulsos (EÁ's); 47 Expedientes de Acompanhamento Processual (EAP's); 2 Expedientes de Apuração de Ação Conjunta (EAAC's) e ajuizou 24 ações, dentre elas para retificação de registro civil e ações de reparação civil.

### **NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS FAMÍLIAS (NUDEFAM)**

O Direito de Famílias representa a maioria do atendimento prestado pelas Defensorias e faz com que o trabalho apresente forte estrutura de apoio, seja para buscar o repositório jurídico, seja para promover inovações nas técnicas de atendimento ao público. O Núcleo estimula a adoção de métodos de resolução extrajudicial de conflitos na área de Direito das Famílias nas unidades da Instituição em todo o Estado, bem como promove a atuação extrajudicial da Defensoria Pública por meio de projetos desenvolvidos em conjunto com os demais núcleos.

### **NÚCLEO DE DEFESA CÍVEL (NUDEC)**

Entre as principais realizações do NUDEC no período estão o atendimento a consultas de Defensores Públicos nos processos de sua atuação, publicação de Enunciados de interesse para otimização da atuação dos Defensores Públicos, envio a todos os membros de Informativo mensal com resumo das decisões dos Tribunais Superiores, de interesse para atuação dos Agentes, e promoção do Curso de Capacitação denominado "A Efetividade no Processo Civil - Conciliação e Tutela Antecipatória", com ênfase nas técnicas extrajudiciais de resolução de conflitos, que contou com a participação de mais de 90 Defensores Públicos.

### **NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (NUDECA)**

O NUDECA atua na representação da Defensoria Pública em órgãos públicos, grupos de trabalho e discussões interinstitucionais afetos ao Direito da Criança e do Adolescente, na interlocução com a sociedade civil e no suporte técnico-jurídico aos Defensores Públicos de todo o Estado. Além disso, executa o Projeto Pai Presente em Porto Alegre, oportunizando a realização de exames de DNA extrajudicialmente, para a aferição da paternidade de crianças em situação de sub-registro.

### **NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER (NUDEM)**

Realizou 2 mutirões de atendimento e orientação jurídica; promoveu, em parceria com o CECADep e outros Núcleos Especializados, Curso de Capacitação do Projeto de Modernização Institucional (PMI) com o tema "Práticas Extrajudiciais: Ampliando a Garantia dos Direitos das Mulheres"; e participou de palestras em instituições de ensino. Realizou 43 atendimentos jurídicos a mulheres em situação de violência doméstica e ajuizou 20 ações.

### **NÚCLEO DE DEFESA EM EXECUÇÃO PENAL (NUDEP)**

Coordenou, em conjunto à equipe da Defensoria Itinerante no Sistema Prisional, a força-tarefa de Defensores Públicos em prol da justiça e da busca de soluções para aliviar a crise carcerária e da segurança no RS. Foram realizados mutirões carcerários nas casas prisionais de Erechim e de Montenegro a fim de verificar a situação estrutural dos presídios, a revisão da situação jurídica dos PECs, bem como o atendimento individual aos detentos. Com este projeto busca-se diagnosticar violações à dignidade humana e assegurar o cumprimento da Constituição Federal e da Lei de Execução Penal. Ainda, como membro do Fórum Interinstitucional Carcerário, o NUDEP participou da realização do I Congresso Interinstitucional e Acadêmico do Sistema Carcerário, realizado em agosto.

### **NÚCLEO DE DEFESA DA SAÚDE (NUDS)**

Considerando ser fundamental oferecer atendimento cada vez mais humanizado e qualificado aos assistidos, nesse período o NUDS voltou especial atenção à atuação em pedidos de transferências hospitalares e de fornecimento de tratamentos oncológicos. Desenvolveu ações de fortalecimento do trabalho em rede e de aproximação com a Regulação Estadual, visando a obter resultados de forma mais célere e eficaz e, se possível, sem judicialização. Dentre as ações, destacam-se o Protocolo Mínimo para transferências hospitalares, construído com a participação da Defensoria, e o curso anual focado na obtenção de tratamentos oncológicos, que trouxe aos Defensores Públicos informações facilitadoras do acesso à rede pública de saúde, obtenção administrativa de tratamentos para câncer e recursos jurídicos para efetivação desse direito à saúde.

### **NÚCLEO DE DEFESA CRIMINAL (NUDECRIM)**

Realizou encontro para Defensores Públicos sobre Capacitação em Plenário do Júri, no qual foram debatidos temas importantes na área, como Medicina Legal, Balística Forense e a Prática do Defensor Público no Plenário. Como membro do Gabinete de Gestão Integrada Estadual (GGI-E), o Núcleo vem acompanhando as estratégias elaboradas pelo Poder Executivo na área da Segurança Pública, no que diz respeito à situação de ilegalidade dos presos mantidos em Delegacias de Polícia, como a implantação do sistema de videoconferência para oitiva de testemunhas, vítimas e interrogatório dos réus, o qual vem sendo gradativamente implementado pelo Poder Judiciário.

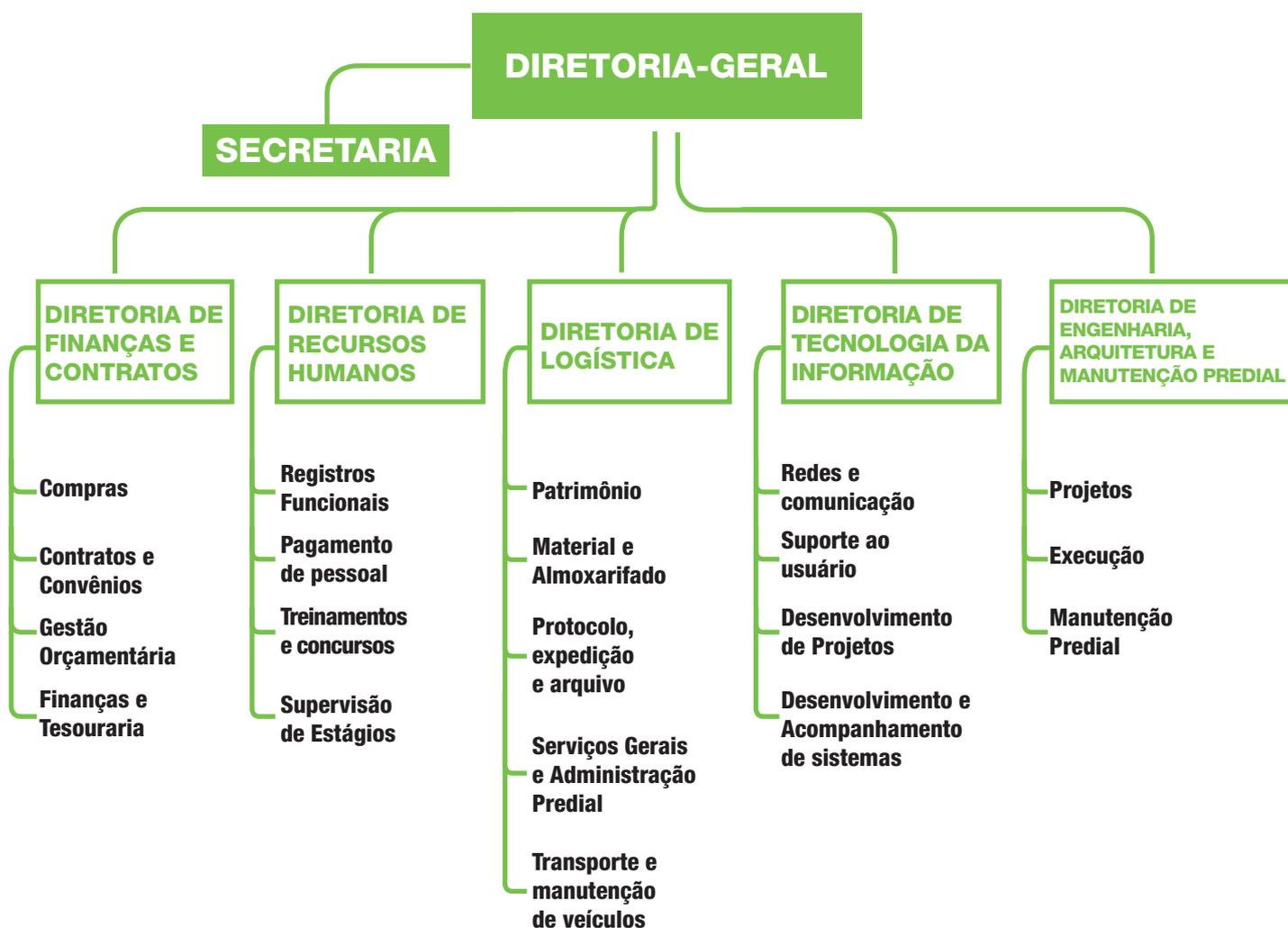
### **NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE TUTELAS COLETIVAS (NUDECONTU)**

Desenvolveu atividades especializadas, tendo atuado de forma proativa na defesa dos direitos do consumidor e em ações coletivas. No período, engajou-se em atividades integradas de Defesa do Consumidor visando à melhoria das relações consumeristas, tais como a abertura de canais de comunicação de solução extrajudicial para composição das demandas, participação de mutirão de orientação jurídica em comemoração ao Dia Mundial do Consumidor e dezenas de ações, bem como ofícios expedidos, reuniões, medidas judiciais propostas, despachos, instauração de Procedimentos de Apuração de Dano Individual, entre outros.

### **NÚCLEO DE DEFESA AGRÁRIA E MORADIA (NUDEAM)**

Com foco no atendimento das populações mais vulneráveis e na temática da moradia digna, realizou o atendimento de diversos casos em todo o RS. Foram feitas 50 reuniões com a sociedade civil organizada, cerca de 70 reuniões com órgãos públicos de todas as esferas de Governo e 22 mutirões de atendimento e vitórias *in loco*. Com foco específico na regularização fundiária, foram desenvolvidos projetos voltados à Vila Safira e à Vila Dom Pedro, que contam com cerca de 600 famílias cada. Em relação à grave questão envolvendo ações de reintegração de posse, foram realizadas cerca de 30 audiências para mediação e solução dos conflitos fundiários, sendo o núcleo coautor de Protocolo de Recomendação de Atuação no Cumprimento de Medidas de Reintegração de Posse à Brigada Militar, o qual foi atendido de forma exitosa nos casos das Ocupações Lanceiros Negros e Mirabal, prevenindo práticas violentas e lesões aos direitos da população mais carente.

# Organograma Administrativo



# Defensoria em Números e Atendimentos

“

*Quero fazer meu agradecimento, e em nome de outras pessoas que conheço, e dizer o quanto somos bem tratados com muita dignidade e respeito por todos que lá trabalham, como os Defensores, técnicos e estagiários. Eu sou assistido há mais de dez anos e não tenho palavras para expressar meu eterno agradecimento a todos. Essas pessoas colocam o coração em tudo o que fazem com muita dedicação.*

(Carlos Roberto A. Feippe, assistido da Defensoria Pública - Santana do Livramento)

”

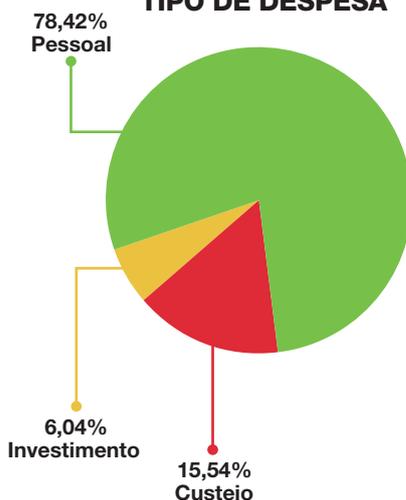


# Orçamento

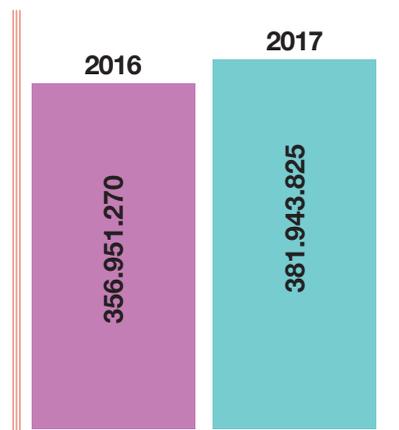
Evolução do Orçamento da DPERS (R\$)

Orçamento	2016	2017
Pessoal	283.401.205	299.534.112
Custeio	48.895.689	59.346.914
Investimento	24.654.376	23.062.799
Total	356.951.270	381.943.825
Varição Anual	7,00%	

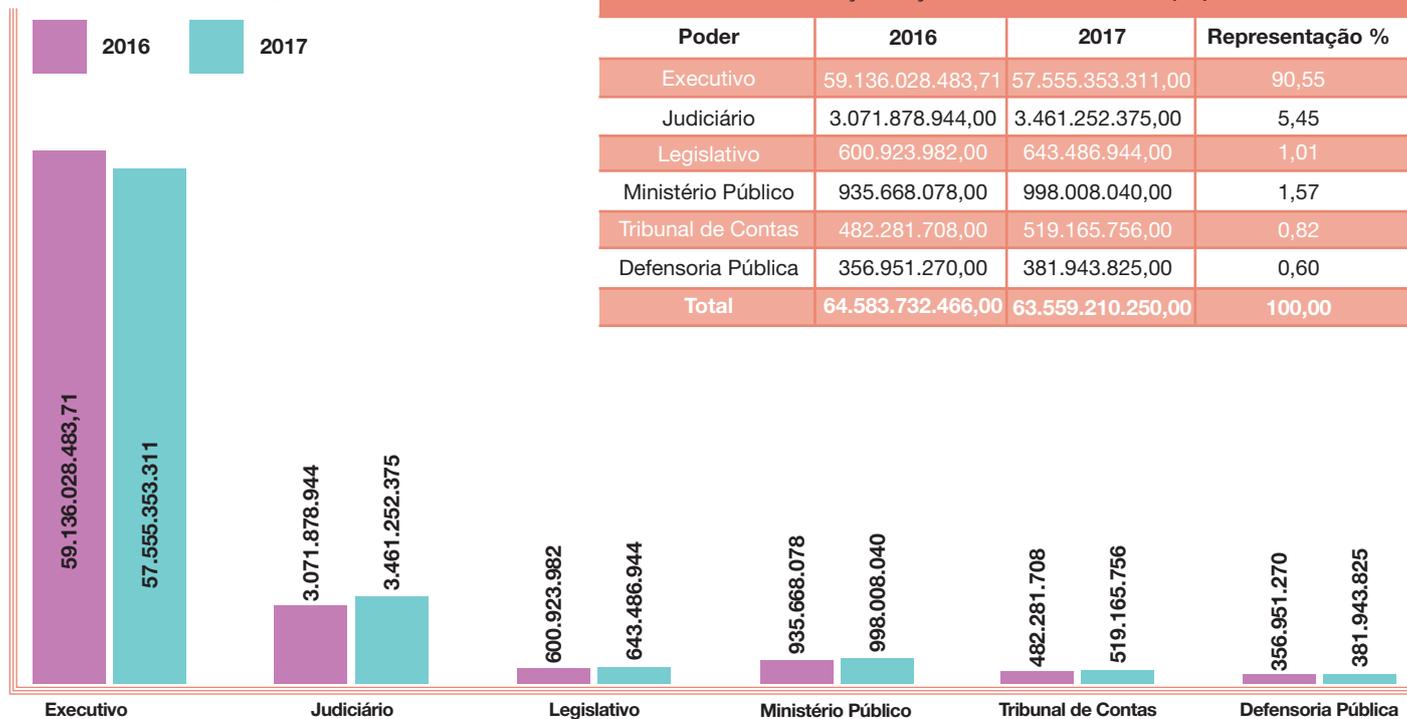
ORÇAMENTO POR TIPO DE DESPESA



EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$)



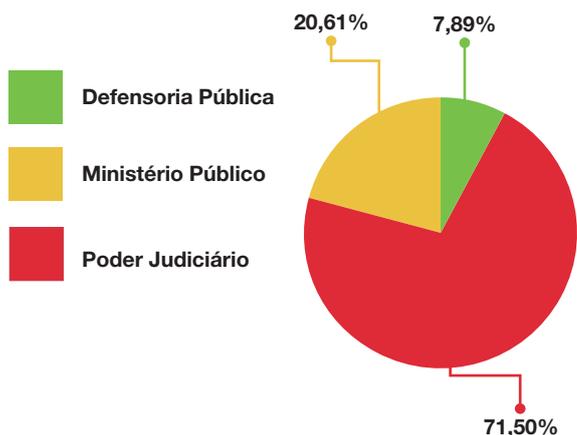
## DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Dotação Orçamentária dos Poderes (R\$)

Poder	2016	2017	Representação %
Executivo	59.136.028.483,71	57.555.353.311,00	90,55
Judiciário	3.071.878.944,00	3.461.252.375,00	5,45
Legislativo	600.923.982,00	643.486.944,00	1,01
Ministério Público	935.668.078,00	998.008.040,00	1,57
Tribunal de Contas	482.281.708,00	519.165.756,00	0,82
Defensoria Pública	356.951.270,00	381.943.825,00	0,60
<b>Total</b>	<b>64.583.732.466,00</b>	<b>63.559.210.250,00</b>	<b>100,00</b>

## ORÇAMENTO 2017 DO SISTEMA DE JUSTIÇA



Dotação Orçamentária do Sistema de Justiça

Órgão	Orçamento 2017	% Representação
Poder Judiciário	3.461.252.375	71,50
Ministério Público	998.008.040	20,61
Defensoria Pública	381.943.825	7,89
Total	4.841.204.240	100

## Projetos e Atividades em Execução no Exercício 2017 (R\$)

Projeto	Dotação Alteração	Empenhado	Saldo a Empenhar
2961 - Atendimento Jurídico e Judicial à População Carente	101.254,74	10.146,00	91.108,74
2979 - Contribuição Patronal FAS/RS - Ativos - DPE	2.350.120,68	1.402.141,68	947.979,00
5896 - Modernização Estrutural - PMAE - BNDES	19.000.000,00	10.342.501,80	8.657.498,20
5932 - Aparelhamento da Defensoria Pública	1.351.062,00	112.500,00	1.238.562,00
5933 - Aquisições, Construções, Instalações e Reformas - Unidade Atendimento e Sedes ADM DPE	1.749.000,00	93.041,77	1.655.958,23
6308 - Remuneração do Pessoal Ativo - DEFPUB	199.040.092,11	126.621.153,22	72.418.938,89
6365 - Contribuição Patronal do Fundo de Assistência à Saúde (FAS/RS) - Inativos/Pensionistas - DPE	2.188.517,62	1.325.195,81	863.321,81
6391 - Apoio Administrativos e Qualificação da Infraestrutura - DEFPUB	35.317.500,00	30.985.215,33	4.332.284,67
6673 - Publicidade Institucional - DEFPUB	200.000,00	25.075,29	174.924,71
6755 - Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura - DPE/FADEP	5.671.267,98	1.593.741,32	4.077.526,66
6808 - Indenizações, Restituições e Auxílios a Pessoal Ativo - DEFPUB	17.818.036,85	11.068.127,80	6.749.909,05
8112 - Aparelhamento da Defensoria Pública - FADEP	1.201.591,00	155.054,46	1.046.536,54
8316 - Contribuição Patronal ao RPPS - DPE	51.170.755,94	30.080.992,91	21.089.783,03
8317 - Complementação Financeira ao RPPS - DPE	37.980.866,20	25.130.328,80	12.850.537,40
8416 - Contribuição Patronal para o FUNDOPREV - Civil - DPE	6.753.739,45	4.836.626,80	1.917.112,65
8562 - Regime de Previdência Complementar/RS - DPE	50.000,00	-	50.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>381.943.824,57</b>	<b>243.781.842,99</b>	<b>138.161.981,58</b>

## Compras Realizadas

Modalidade	Out/2013 a Set/2014			Out/2014 a Set/2015			Out/2015 a Set/2016			Out/2016 a Set/2017		
	Quant.	Valor (R\$)	%	Quant.	Valor (R\$)	%	Quant.	Valor (R\$)	%	Quant.	Valor (R\$)	%
Adesão Atas de Registro de Preço	103	728.741,40	8,52	59	941.442,64	6,50	9	328.673,66	1,92	2	187.611,83	1,99
Concorrência	0	0,00	0,00	1	1.275.000,00	8,80	1	6.859.564,47	40,12	0	0,00	0,00
Convite	4	256.361,15	2,10	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Dispensa	9	75.073,29	0,88	12	100.769,36	0,70	18	151.802,71	0,89	17	2.267.863,74	24,01
Inexigibilidade	11	70.518,05	0,82	6	21.115,03	0,15	0	0,00	0,00	5	85.070,00	0,90
Pregão	37	7.495.081,70	87,67	50	12.144.168,19	83,85	54	9.759.447,20	57,07	53	6.905.852,05	73,11
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>8.625.775,59</b>	<b>100</b>	<b>128</b>	<b>14.482.495,22</b>	<b>100</b>	<b>82</b>	<b>17.099.488,04</b>	<b>100</b>	<b>77</b>	<b>9.446.397,62</b>	<b>100</b>

# Recursos Humanos

As principais ações da Diretoria de Recursos Humanos no período foram a nomeação de Defensores Públicos aprovados no IV Concurso para o Ingresso na Carreira de Defensor Público, a continuação do levantamento da situação atual dos registros de ponto dos servidores e proposição de nova regulamentação desses, elaboração de estudos referentes à aquisição de um novo sistema de controle do ponto dos servidores por meio do Projeto de Modernização Institucional, de viabilidade de aquisição de sistema de Gestão de Pessoas e de contratação de empresa especializada para a realização da primeira Pesquisa de Clima, em atendimento a iniciativas do Planejamento Estratégico. Além disso, as ações envolveram o gerenciamento (digital e físico) da vida funcional dos Defensores Públicos, servidores e adidos, lançamentos de substituições,

acumulações, averbações de tempo de serviço, licenças e demais registros com impacto em folha de pagamentos, interação sobre legislação e procedimentos relativos ao eSocial que será implementado nos órgãos públicos em 2018, qualificação cadastral dos Defensores e Servidores para o eSocial, ingresso e controle dos estagiários, publicações no Diário Eletrônico da Defensoria (confeção dos atos), perfectibilização do Convênio com o RS-PREV, reestruturação do organograma no RHE para adequação à estrutura hierárquica do Centro de Custos e manutenção do Termo de Cooperação junto ao SPM/TCE para perícias médicas de Defensores Públicos e Servidores, inclusive para o ingresso na carreira de Defensor.

Quadro Demonstrativo dos Defensores Públicos				
Classe	Lotação	Providos	Vagos	Aposentados
Inicial	202	153	49	106
Intermediária	85	85	0	37
Final	87	87	0	13
Especial	85	85	0	88
Totais	459	410	49	244

Período de 1º/10/2016 a 30/09/2017	
Maior quantidade provida no período	413 (16/08/2017)
Vacâncias	5
Aposentadorias	4

Relatório Quadro Administrativo (30/09/17)			
Cargos efetivos	Lotação	Providos	Vagos
Analista	250	185	65
Técnico	450	178	272

Outros vínculos			
Cargos em comissão	67	88	
Adidos	21		

Nomeações			
Analistas	0	0	
Técnicos	0		
Exonerações			
Analistas	23	40	
Técnicos	16		
Nomeações judiciais			
Analistas	1	2	
Técnicos	1		

Defensores Públicos			
Faixa Etária	Total	Homens	Mulheres
26-30	37	13	24
31-35	76	33	43
36-40	97	36	61
41-45	116	47	69
46-50	48	21	27
51-60	24	11	13
61-70	11	2	9
71-75	1	0	1
<b>Total geral</b>	<b>410</b>	<b>163</b>	<b>247</b>

Órgão Auxiliar			
Cargo	Lotação	Provido	Vago
Ouvidor-Geral	1	1	0

Quadro administrativo			
Faixa Etária	Total	Homens	Mulheres
20-25	19	8	11
26-30	117	45	72
31-35	108	46	62
36-40	61	32	29
41-45	30	15	15
46-50	17	8	9
51-60	11	7	4
<b>Total geral</b>	<b>363</b>	<b>161</b>	<b>202</b>

# Ingresso de novos Agentes

A Defensoria Pública reforçou seu quadro funcional com mais 24 novos Defensores Públicos aprovados no IV Concurso para ingresso na carreira. Agora, são 410 Agentes batalhando por transformação social e atuando em favor do povo a missão que lhe foi conferida. Os novos Defensores Públicos passaram por um período de

acolhimento institucional pelo qual foram capacitados e desenvolveram habilidades com foco na prática judicial e extrajudicial antes de assumirem funções em diversas comarcas, expandindo a capacidade de atendimento à população e a capilaridade da Defensoria Pública no interior do Estado.



## Cidades Contempladas

Alegrete

Butiá

Cruz Alta

Dom Pedrito

Frederico Westphalen

Itaqui

Jaguarão

Júlio de Castilhos

Palmeira das Missões

Rio Grande

Sant'Ana do Livramento

Santiago

Santo Augusto

São Borja

São Francisco de Assis

São Luiz Gonzaga

São Sepé

Três Passos

Tupanciretã

Uruguaiana

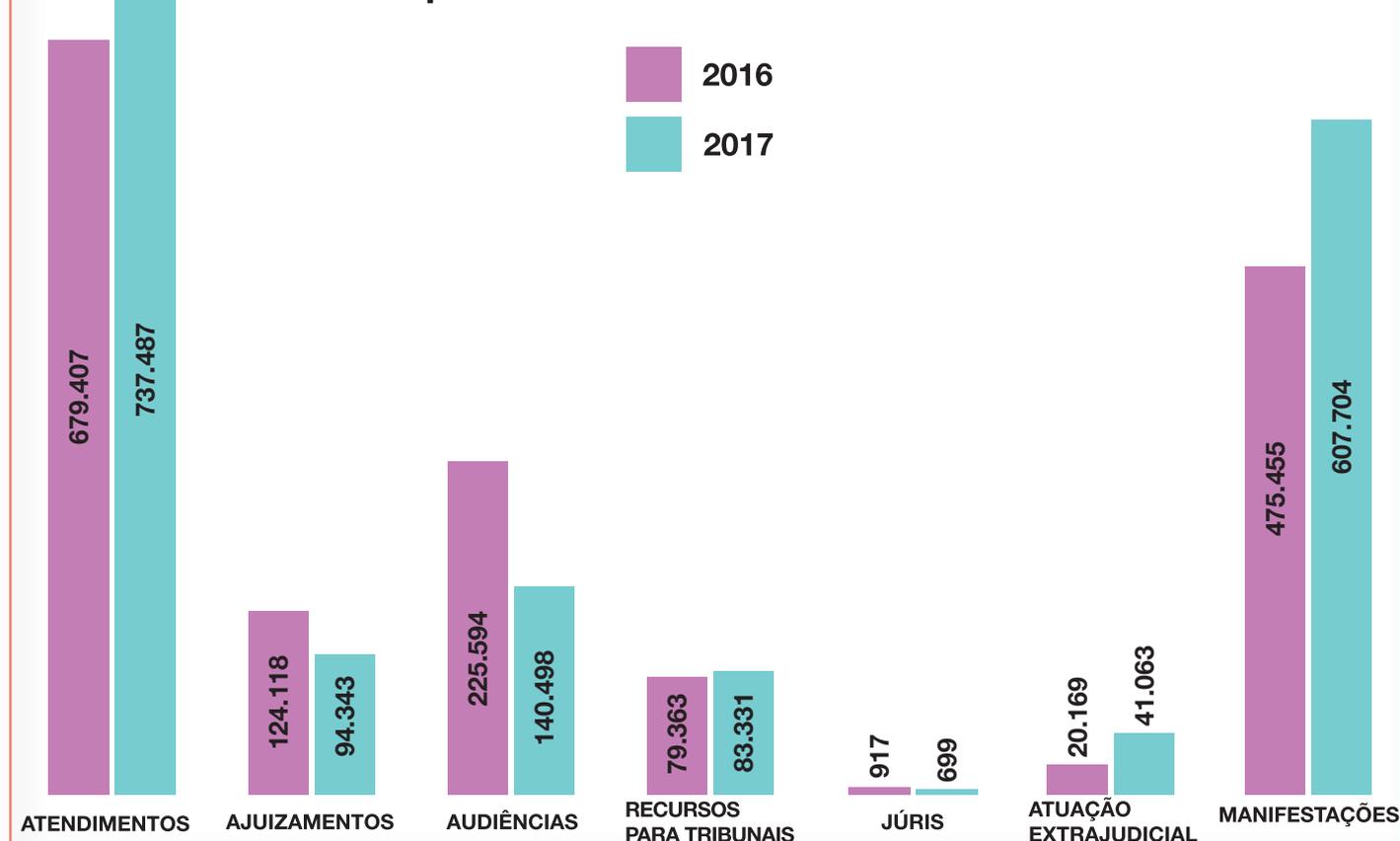
Viamão

# Atendimentos

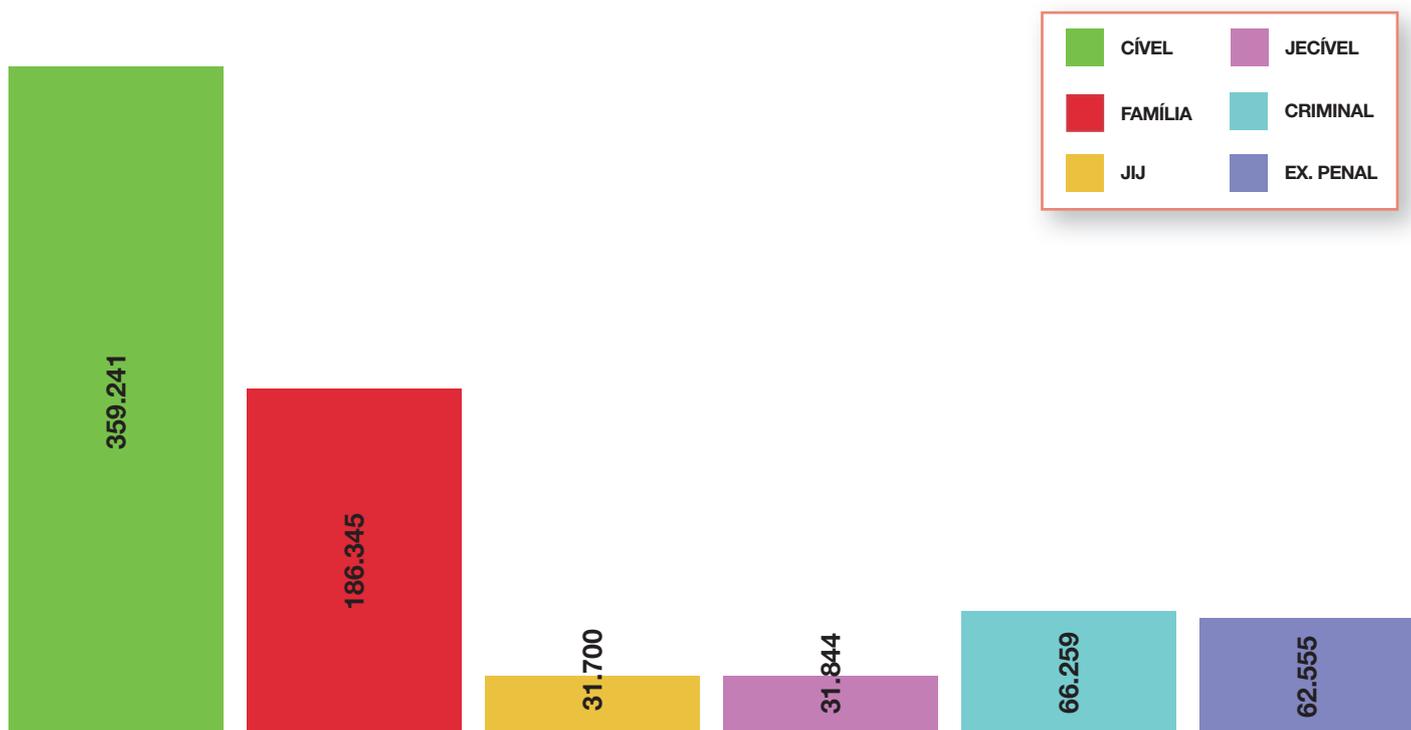
## Quadro Geral de Atividades

ATIVIDADE	CÍVEL	FAMÍLIA	JIJ	JECÍVEL	CRIMINAL	EX. PENAL	TOTAL
ATENDIMENTOS	359.241	186.345	31.700	31.844	66.259	62.555	737.487
AJUIZAMENTOS	35.307	45.612	7.451	192	4.871	910	94.343
AUDIÊNCIAS	7.333	25.515	15.104	663	85.188	6.695	140.498
RECURSOS PARA TRIBUNAIS	16.650	3.300	7.919	2.059	42.154	11.249	83.331
JÚRIS	-	-	-	-	699	-	699
ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	10.614	5.867	2.213	554	1.844	19.971	41.063
MANIFESTAÇÕES	261.728	151.196	37.769	1.804	111.322	43.885	607.704

## Comparativo de Atividades 2016 x 2017

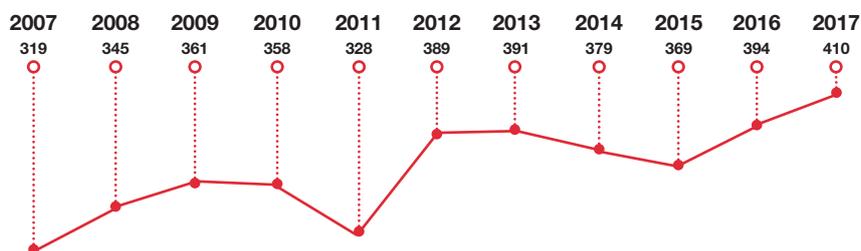


## ATENDIMENTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO 2017

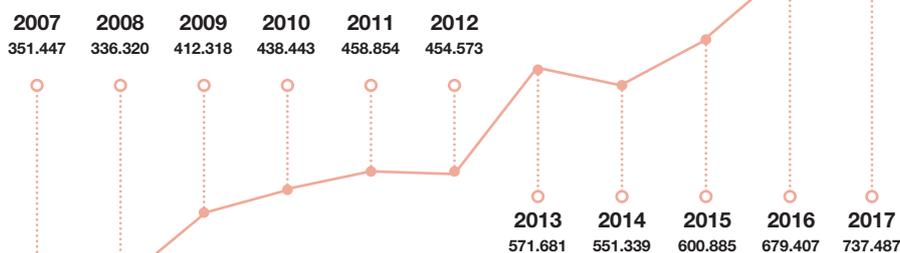


## Evolução da produtividade 2007 x 2017

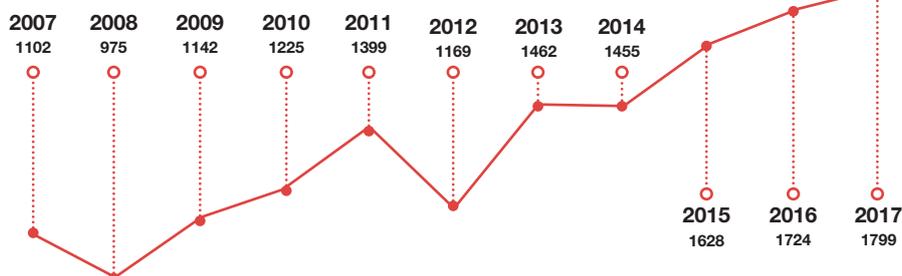
### NÚMERO DE DEFENSORES PÚBLICOS



### NÚMERO DE ATENDIMENTOS



### NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR DEFENSOR



# Novas Sedes

## POPULAÇÃO DESASSISTIDA FOI BENEFICIADA COM 12 NOVAS SEDES

A humanização dos serviços prestados pela Defensoria Pública à população desassistida e necessitada que clama por justiça foi um dos avanços possibilitados pela implementação de 12 novas sedes em municípios gaúchos. Para além da consolidação da Defensoria como Instituição autônoma, as unidades oferecem uma infraestrutura qualificada, digna e acolhedora para a prestação de serviços por Defensores, servidores e estagiários.

Acessibilidade universal às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, melhores condições de trabalho, gabinetes privativos para o atendimento com Defensores Públicos, salas de espera amplas e confortáveis, banheiros funcionais e adaptados, além de espaços para realização de serviços administrativos foram implementações importantes em relação à promoção e à garantia de direitos dos cidadãos carentes.

A expansão dos novos locais de acolhimento atenderam

as premissas do Projeto de Modernização Institucional (PMI) cujo objeto, dentre outros, é a redução da exclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade no Rio Grande do Sul por meio da ampliação do acesso ao sistema de justiça pela Defensoria Pública.

Erechim, Palmeira das Missões, Rio Pardo, Sarandi, Santa Rosa, Santo Cristo, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, Soledade, Taquara, Tapejara e Venâncio Aires foram as cidades contempladas com sedes exclusivas. Em Porto Alegre, outros quatro novos locais permitiram a ampliação da capacidade de atendimento da Defensoria nas esferas de Família, Cível e Criminal.

A nova Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento, a concentração de serviços de defesa criminal em prédio ao lado do Foro Central I e as salas de Sucessões e Curatelas no Foro Central II deram ainda mais qualidade aos atendimentos prestados aos usuários dos serviços da Defensoria Pública.



Erechim



Palmeira das Missões



Rio Pardo



Sarandi



Santa Rosa



Santo Cristo



São Francisco de Assis



São Francisco de Paula



Soledade



Taquara

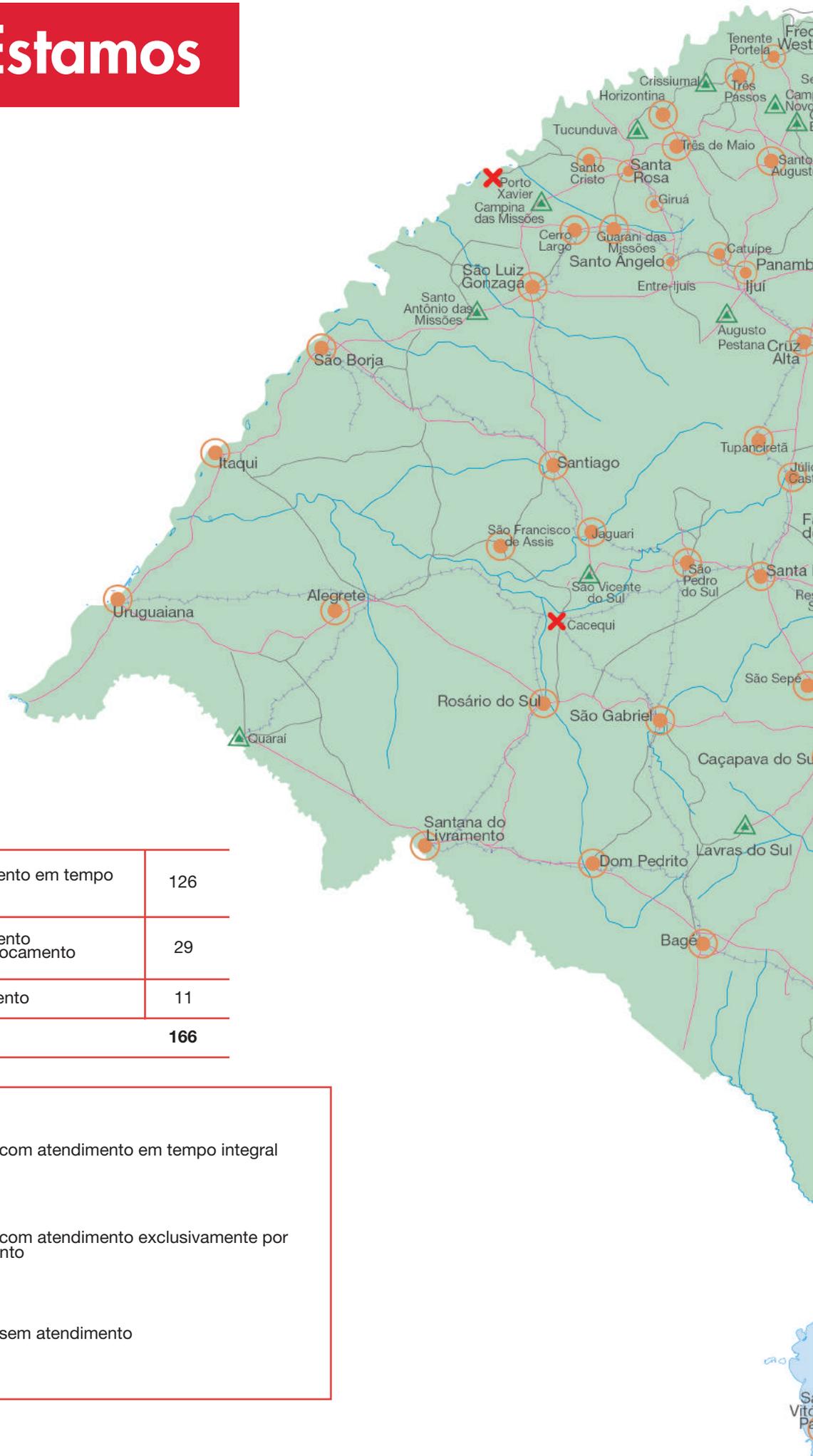


Tapejara



Venâncio Aires

# Onde Estamos



Comarcas com atendimento em tempo integral	126
Comarcas com atendimento exclusivamente por deslocamento	29
Comarcas sem atendimento	11
<b>Total</b>	<b>166</b>



Comarcas com atendimento em tempo integral



Comarcas com atendimento exclusivamente por deslocamento



Comarcas sem atendimento



# Locais de Atendimento

## Brasília

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Defensoria Pública Regional dos Tribunais Superiores	Setor Hoteleiro Sul – Quadra 6 – Bloco E – Sala 916 – Bairro Asa Sul. Brasília / DF – (61) 3224.4495

## Porto Alegre

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Tribunal de Justiça	Avenida Borges de Medeiros, 1565 – 4º Andar, sala 404. Bairro: Praia de Belas. Telefone: (51) 3212-0539
Defensorias Públicas do Foro Central I	Rua Márcio Luís Veras Vidor, 10. Telefone: (51) 3224-0777
Defensorias Públicas do Foro Central II	Rua Manoelito de Ornelas, 50 Telefone: (51) 3259-3735
Defensorias Públicas do Foro Regional do 4º Distrito	Avenida Pernambuco, 649. Bairro: Navegantes Telefone: (51) 3325-5128 e (51) 3345-2720
Defensorias Públicas do Foro Regional do Alto Petrópolis	Avenida Protásio Alves, 8144, 3º andar. Bairro: Petrópolis Telefone: (51) 3386-9100, (51) 3334-1823 e (51) 3386-1145
Defensorias Públicas do Foro Regional do Partenon	Avenida Cel. Aparício Borges, nº 2025 – Térreo, sala 106. Telefone: (51) 3339-5877 e (51) 3319-8735
Defensorias Públicas do Foro Regional da Restinga	Avenida Otto Niemeyer, 2000. Bairro Tristeza. Telefone: (51) 3250-1244
Defensorias Públicas do Foro Regional do Sarandi	Avenida Assis Brasil, 7625 – 3º Andar. Bairro: Sarandi Telefone: (51) 3365-4233
Defensorias Públicas do Foro Regional do Tristeza	Avenida Otto Niemeyer, 2000. Bairro Tristeza. Telefone: (51) 3250-1013 e (51) 3241-5820
Defensorias Públicas Cíveis e Criminais (IPERGS)	Avenida Borges de Medeiros, 1945 - 8º andar - Bairro Praia de Belas Telefone: (51) 3224-2171
Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) - Prédio-Sede	Rua Sete de Setembro, 666 - Bairro: Centro Histórico Telefone: (51) 3211-2233
Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) - Centro Vida	Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, 2132. Bairro: Rubem Berta Telefone: (51) 3347-5144
Justiça Militar	Avenida Praia de Belas, 799. Telefone: (51) 3228-4460/ Rua Cel. André Belo, nº 72 Telefone: (51) 3224-4173
Justiça Instantânea	Avenida Augusto de Carvalho, 2000 – Sala 215. Bairro: Praia de Belas Telefone: (51) 3226-0214
Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)	Rua Caldas Júnior, 352 – Bairro: Centro Histórico – 0800 6444556 ou (51) 3210-9000

## Interior

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Agudo	Agudo, Paraíso do Sul	Rua Ramiro Barcelos, nº 234 – Térreo, sala 109. Bairro: Centro. / (55) 3265-3195
Alegrete	Alegrete	Avenida Tiarajú, 1002 - 2º andar. Bairro Ibirapuitã / (55) 3421-2521
Alvorada	Alvorada	Rua Maringá, 280. Bairro: Maringá. / (51) 3411-1769
Antônio Prado	Antônio Prado, Ipê, Nova Roma do Sul	Rua Doutor Ramiro Barcelos, 115 – Térreo, sala 113. FORUM. / (54) 3293-3310
Arroio do Meio	Arroio do Meio, Brésia, Capitão, Coqueiro Baixo, Nova Brésia, Pouso Novo, Travesseiro	Rua Gustavo Wienandts, 469, Centro, Arroio do Meio. / (51) 3716-2537
Arroio do Tigre	Arroio do Tigre	Rua Wili Helinger, 393, Bairro Centro. / (51) 3747-2047
Arroio Grande	Arroio Grande, Estrela Velha, Tunas	Rua Dr. Monteiro, 1320 – Térreo. Bairro: Centro. / (53) 3262-1753
Arvorezinha	Arvorezinha, Ilópolis, Itapuça, Putinga	Rua Encantado 727, Bairro Centro. / (51) 3772-1371

# Interior

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Augusto Pestana	Augusto Pestana, Jóia	Rua Venâncio Aires, 2470. Bairro Centro./ (55) 3334-1299 e (55) 3334-1605
Bagé	Aceguá, Bagé, Candiota, Hulha Negra	Av. Bento Gonçalves, 499. Sala D 202, Centro. / (53) 3247-1911
Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel, Sertão Santana	Rua Cel. Araújo Ribeiro, 296. Fórum, Bairro: Centro. / (51) 3482-2315
Bento Gonçalves	Bento Gonçalves, Monte Belo, Pinto Bandeira	Av. Planalto, 1420, Bairro: São Bento / (54) 3453-6989
Bom Jesus	Bom Jesus, Jaquirana, São José dos Ausentes	Rua Sete de Setembro, 388. Bairro: Centro. / (54) 3237-2169
Butiá	Butiá, Minas do Leão	Avenida Getúlio Vargas, 909 – sala 116. Bairro Cidade Alta. / (51) 3652-2369
Caçapava do Sul	Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista	Rua Lúcio Jaime, 387 Bairro: Centro. / (55) 3281-1307
Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais	Rua Silvio Scopel, 1200 – 2º Andar, sala 201. Bairro: Santo Antônio. / (51) 3724-0295 e (51) 3723-4422
Cachoeirinha	Cachoeirinha, Capitão, Coqueiro, Baixo Nova, Brésia, Pouso Novo, Traveseiro	Rua Manatá, 690 – Térreo, sala 115, 5º andar, sala 503. Bairro: Vila Monte Carlo / (51) 3439-3259 / (51) 3439-3616
Camaquã	Arambaré, Camaquã, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano	Avenida Antônio Duro, 260 – salas 302, 305 e 307. Bairro: Centro. / (51) 3671-1509, (51) 3692-2755 e (51) 3671-5653
Campina das Missões	Campina das Missões, Cândido Godói, São Paulo das Missões	Rua Porto Alegre, 330. Sala 101, Bairro Centro. / (55) 3567-1511
Campo Bom	Campo Bom	Avenida dos Estados, 800 – 2º andar. Centro. / (51) 3597-0522
Campo Novo	Braga, Campo Novo, Sede Nova	Rua Fernandes Araújo, 406. Sala 102, Bairro Centro. / (55) 3528-1442
Candelária	Candelária	Avenida Pereira Rego, 1485, 2º andar. Bairro Centro. / (51) 3743-3029
Canela	Canela	Rua Augusto Pestana 342. Sala 232, Bairro Centro. / (54) 3282-9889
Canguçu	Canguçu	Rua Júlio de Castilho, 803. Bairro Centro. / (53) 3252-3591
Canoas	Canoas, Nova Santa Rita	Coronel Marcelino 25, Bairro Centro. / (51) 3472-0366 / (51) 3472-2428
Capão da Canoa	Capão da Canoa, Xangri-Lá	Rua Peri, 1645. Bairro Centro / (51) 3625-6612, (51) 3625-5661 e (51) 3625-6571
Carazinho	Almirante Tamandaré, Carazinho, Chapada, Coqueiro do Sul	Rua Ernesto Alves 244, Bairro Centro. / (54) 3331-1774 e (54) 3331-1820
Carlos Barbosa	Carlos Barbosa, Barão	Rua Rui Barbosa, 126. Sala 112, Bairro Centro. / (54) 3461-5539
Casca	Casca, Ciriaco, Davi Canabarro, Nova Araçá, Parai, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Vanini	Rua Vitorino Monteiro, 195. Centro. / (54) 3347.2387
Catuípe	Catuípe	Rua Cel bicaço, 262. Bairro Centro. / (55) 3336-1055
Caxias do Sul	Caxias do Sul, São Marcos	Av. Independência, 2393 - Térreo. Bairro Panazzolo / (54) 3228.2298, (54) 3228-9566, (51) 3211-6584 e (51) 3222-7817
Cerro Largo	Cerro Largo, Roque Gonzales, Salvador das Missões, São Pedro do Butiá, Ubiretama	Rua Doutor João Sebastien, 248, sala 01. Bairro Panazzolo / (55) 3359.1123
Charqueadas	Charqueadas	Travessa Juca Buchain, 121. / (51) 3658-3888
Constantina	Constantina, Engenho Velho, Liberato Salzano, Novo Xingu	Rua Cantídio Rodrigues de Almeida, 234, sala 234. Bairro: Centro. / (54) 3363-2082
Coronel Bicaco	Coronel Bicaco, Redentora	Rua Francisco Manoel Diniz, nº 706. Bairro: Centro. / (55) 3557-1046
Crissiumal	Crissiumal, Humaitá	Rua Vinte de Setembro, 245. Bairro Centro. / (55) 3524-2019
Cruz Alta	Cruz Alta, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incri, Fortaleza dos Valos, Pejuçara	Av. Presidente Vargas, 483 - 1º andar - Centro / (55) 3324.3289 e (55) 3322.7809
Dois Irmãos	Dois Irmãos, Morro Reuter, Santa Maria do Herval	Rua Novo Hamburgo, 2155, 3º andar. Bairro: Primavera. / (51) 3564-3250
Dom Pedrito	Dom Pedrito	Avenida Rio Branco, 1817 – Sala 124. Centro. / (53) 3243-5878
Eldorado do Sul	Eldorado do Sul	Avenida Mário Ribeiro, 143 – Térreo, sala 11. Centro / (51) 3481-6639
Encantado	Encantado, Arta Gorda, Doutor Ricardo, Muçum, Roca Sales, Vespasiano Corrêa	Rua Duque de Caxias, 645 – Térreo, sala 114. Centro. / (51) 3751-4420
Encruzilhada do Sul	Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador	Rua Rodolfo Taborda, 100 – Sala 112. Centro. / (51) 3733-3683
Erechim	Erechim, Aratiba, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Campinas do Sul, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, Tapera, Três Arroios	Avenida Pedro Pinto de Souza, nº 722 e 732 – Salas 01 e 02. Bairro: Bela Vista. / (54) 3519-9883
Espumoso	Espumoso, Campos Borges, Alto Alegre	Rua Soledade, 41. Centro. / (54) 3383-2748

# Interior

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Esteio	Esteio	Rua Dom Pedro II, 200 – 2º Andar, sala 202. Centro / (51) 3459-4011 e (51) 3454-0198
Estância Velha	Estância Velha	Rua Sete de Setembro, 70. Centro / (51) 3561-8969 e (51) 3561-1445
Estrela	Estrela, Bom Retiro, Colinas, Fazenda Vilanova	Rua Breno Schwertner, 285 – Sala 103. Bairro Centro. / (51) 3712-2468
Farroupilha	Farroupilha	Rua Independência, 102A. Centro / (54) 3261-1603 e (54) 3268-0603
Faxinal do Soturno	Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Ivorá, Nova Palma, São João do Polêsine	Rua 30 de Novembro, 837 – 1º Andar. Centro. / (55) 3263-1083
Flores da Cunha	Flores da Cunha, Nova Pádua	Rua Borges de Medeiros, 2170, Térreo, salas 101 e 103. Centro. / (54) 3292-4575
Frederico Westphalen	Frederico Westphalen, Caiçara, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Taquaraçu do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre	Rua Antônio Boscardin, 364, 1º Andar. Centro. / (55) 3744-2211
Garibaldi	Garibaldi, Boa Vista do Sul, Coronel Pilar	Rua Francisco Meneghetti, 130, 1º Andar, sala 112. Centro. / (54) 3462-6917
Gaurama	Gaurama, Centenário, Carlos Gomes, Viadutos, Áurea	Rua João Amandio Sperb, 382. Centro. / (54) 3391-1632
General Câmara	General Câmara, Vale Verde	Rua David Canabarro, 152. Centro. / (51) 3655-1052 e (51) 3655-1390
Getúlio Vargas	Getúlio Vargas, Estação, Erebangó, Florianópolis, Peixoto, Ipiranga do Sul, Sertão	Rua Afonso Lido Tagliare, 40, 1º Andar. Centro. / (54) 3341-1861, (54) 3341-1944 e (54)3341-3047
Giruá	Giruá, Senador Salgado Filho	Avenida Cel. Braulio de Oliveira, 923. Centro. / (55) 3361-2021
Gramado	Gramado, Nova Petrópolis	Rua Augusto Daros, 100, 1º Andar, sala 106. Centro. / (54) 3286-0883
Gravataí	Gravataí, Glorinha	Rua José Loureiro da Silva, 2255. Centro. / (51) 3484-5326 / (51) 3423-5624
Guaíba	Guaíba	Rua Nestor de Moura Jardim, 387, 3º Andar, sala 312. Coronel Nassuca. / (51) 3491-6414 e (51) 3491-2189
Guaporé	Guaporé, Dois Lajeados, Montauri, Serafina Corrêa, São Valentim do Sul	Rua Gino Morassutti, nº 1090, Térreo. Centro. / (54) 3443-6154
Guarani das Missões	Guarani das Missões, Sete de Setembro	Avenida São Miguel, 1035, 2º Andar, sala 210. Centro. / (55) 3353-1688
Horizontina	Horizontina, Doutor Maurício Cardoso	Rua São Cristóvão, 1311, 1º Andar, sala 102. Centro. / (55) 3537-1710
Ibirubá	Ibirubá, Quinze de Novembro	Rua Flores da Cunha, 1029. Centro. / (54) 3324-4418
Igrejinha	Igrejinha, Coqueiro do Sul, Chapada, Almirante Tamandaré	Rua Sete de Julho 469. Centro. / (51) 3545-3802
Ijuí	Ijuí, Ajuricaba, Bozano, Coronel Barros, Nova Ramada	Rua Tiradentes, 671, 1º Andar, sala 106. Centro. / (55) 3331-2326
Iraí	Iraí, Planalto	Rua Pereira Filho, 233, 2º Andar, sala 204, Fórum. Centro. / (55) 3745-1053
Itaqui	Itaqui, Maçambará	Avenida Independência, 576, 1º Andar, salas 01, 02 e 03. Centro. / (55) 3433-5074 e (55) 3433-6209
Ivoti	Ivoti, Lindolfo Collor, Presidente Lucena	Rua Bento Gonçalves, 800, sala 106, Fórum. Centro. / (51) 3593-2196
Jaguarão	Jaguarão	Rua Uruguaí, 1400, casa 02. Centro. / (53) 3261-1154
Jaguarí	Jaguarí, Nova Esperança do Sul, São Vicente do Sul	Rua Sete de Setembro, 395, sala 202. Centro. / (55) 3255-1188
Júlio de Castilhos	Júlio de Castilhos, Pinhal Grande	Rua Padre Roque Gonzales, 55, sala 03. Centro. / (55) 3271-9108
Lagoa Vermelha	Lagoa Vermelha, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Ibiraiaras, Muliterno	Avenida Afonso Pena, 414, salas 103 e 105. Centro. / (54) 3358-1507 e (54) 3358-3920
Lajeado	Lajeado, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério	Rua Júlio de Castilhos, 478, Sobreloja. Centro. / (51) 3748-3107
Lavras do Sul	Lavras do Sul	Rua Júlio de Castilhos, 373, sala 112. Centro. / (55) 3282-2196
Marau	Marau, Camargo, Gentil, Nicolau Vergeiro, Nova Alvorada, Vila Maria	Rua Irineu Ferlin, 1045, sala 1039. Centro. / (54) 3342-1101 e (54) 3342-3441
Montenegro	Montenegro, Brochier, Maratá, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Sul, São Pedro do Sul	Rua Amauri Daudt Lampert, 1050. Timbaúva. / (51) 3632-9201
Mostardas	Mostardas, Tavares	Avenida Independência, 895. Centro. / (51) 3673-1725
Não-Me-Toque	Não-Me-Toque, Tio Hugo, Victor Graeff	Rua Padre Valentim Rumpel, 220. Centro. / (54) 3332-3125
Nova Prata	Nova Prata	Rua General Flores da Cunha, 632. / (54) 3242-6682
Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	Rua Guia Lopes, 4050, Loja 1. / (51) 3525-4269, (51) 3581-5426 e (51) 3593-2892
Osório	Osório, Imbé, Maquiné	Rua Bento Gonçalves, 1036, 1º Andar, sala 209. Centro. / (51) 3663-2023

# Interior

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Palmares do Sul	Palmares do Sul, Capivari do Sul	Rua Otacílio da Silva, 428, sala 107. Centro. / (51) 3668-1802
Palmeira das Missões	Palmeira das Missões, Boa Vista das Missões, Lajeado do Bugre, Novo Barri, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões	Rua Benjamin Constant, 90. Centro. / (55) 3742-4748 e (55) 3742-2732
Panambi	Panambi, Condor	Rua Júlio de Castilhos, 1183. Fátima. / (55) 3375-8659
Parobé	Parobé	Avenida Taquara, 470. Guarujá. / (51) 3523-2310
Passo Fundo	Passo Fundo, Ernestina, Cochilha, Mato Castelhanos, Pontão	Rua Morom, 1437. Centro. / (54) 3312.7907
Pelotas	Pelotas, Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu	Avenida Ferreira Viana, 1499. Areal. / (53) 3273-2484, (53) 3282-1770 e (53) 3279-4999
Portão	Portão, Capela de Santana	Rua Cuiabá, 145, salas 105. Centro. / (51) 3562-3174
Restinga Seca	Restinga Seca	Rua Edmundo Bischoff, 317, sala 01. Centro. / (55) 3261-4058 e (55) 3261-1329
Rio Grande	Rio Grande	Rua Benjamin Constant, 212. Centro. / (53) 3231-5236 e (53) 3232-3148
Rio Pardo	Rio Pardo, Pântano Grande	Rua General Andrades Neves, 1179. Centro. / (51) 3731-5178 e (51) 3731-4286
Rodeio Bonito	Rodeio Bonito, Seberi	Rua General Osório, 366, 1º Andar, salas 102 e 104. Centro. / (55) 3798-1101
Ronda Alta	Ronda Alta, Rondinha, Três Palmeiras	Rua Duque de Caxias, 50, 2º andar. Bairro Centro. / (54) 3364-1429
Rosário do Sul	Rosário do Sul	Rua General David Canabarro, 335, 1º Andar, sala 104. Centro. / (55) 3231-7198
Salto do Jacuí	Salto do Jacuí, Jacuizinho	Avenida Hermogênio Cursino dos Santos, 400. Menino Deus. / (55) 3327-1023
Sananduva	Sananduva, Ibiaçá, Paim Filho, São João da Urtiga	Rua João Júlio Leite, 467, 2º andar. Centro. / (54) 3343-2244
Santa Bárbara do Sul	Santa Bárbara do Sul, Saldanha Marinho	Rua Elina Cerutt, 71. Cerutt. / (55) 3372-2647
Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul, Gramado Xavier, Herveiras, Passo do Sobrado, Sinimbu	Rua Fernando Abbot, 664. Centro. / (51) 3711-7332
Santa Maria	Santa Maria, Itaara, São Martinho da Serra, Silveira Martins	Alameda Montevideo, 308, sala 101. Nossa Senhora das Dores. / (55) 3218-1032, (55) 3226-8267, (55) 3221-7245 e (55) 3218-1635
Santa Rosa	Santa Rosa, Porto Mauá, Tuparendi	Avenida Santa Cruz, 352. Bairro Centro. / (55) 3513-0843 e (55) 3512-1738
Santa Vitória do Palmar	Santa Vitória do Palmar, Chuí	Rua Marechal Deodoro, 1361. Centro. / (55) 3263-6020
Santana do Livramento	Santana do Livramento	Rua Barão do Triunfo, 484. Centro. / (55) 3243-3286 e (55) 3243-2588
Santiago	Santiago, Bossoroca, Capão do Cipó, Itacurubim, Unistalda	Rua Benjamin Constant, 165, 2º Andar, sala 101. Centro. / (55) 3251-9621
Santo Ângelo	Entre Ijuís, Eugênio de Castro, São Miguel, Vitória das Missões	Avenida Venâncio Aires 1437, 1º Andar, sala 101. Centro. / (55)3312-7672 e (55) 3313-4578
Santo Antônio da Patrulha	Santo Antônio da Patrulha, Caraá	Rua Roberto Xavier da Luz, 06, salas 105 e 111. Cidade Alta. / (51) 3662-1224
Santo Antônio das Missões	Santo Antônio das Missões, Garuchas	Rua Ricardo Santiago de Godoi, nº 3605, sala 102. Centro. / (55) 3367-1446
Santo Augusto	Santo Augusto, Campo Novo	Avenida do Comércio, 328, sala 09. Centro. / (55) 3781-1649
Santo Cristo	Santo Cristo, Alecrim, Porto Vera Cruz	Rua Marechal Deodoro, nº 2280. Centro. / (55) 3541-1632 e (55) 3541-1228
São Borja	São Borja	Rua Félix da Cunha, 388. Centro. / (55) 3431-7574 e (55) 3431-9207
São Francisco de Assis	São Francisco de Assis, Manoel Viana	Rua Expedicionário, 1492. Centro. / (55) 3252-3397
São Francisco de Paula	São Francisco de Paula Canela, Bom Jesus	Rua Manoel Vicente Ferreira, 257. Centro. / (54) 3244-1917
São Gabriel	Santa Margarida do Sul, São Gabriel	Rua Onésimo Laureano, 75. Zona Sul. / (55) 3232-0776
São Jerônimo	São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo	Avenida Rio Branco, 1099, 2º Andar, sala 210. Bela Vista. / (51) 3651-5294
São José do Norte	São José do Norte	Rua General Osório, 555, sala 104. Centro. / (53) 3238-1454
São José do Ouro	São José do Ouro, Barracão, Cacique Doble, Machadinho, Santo Expedito do Sul, Tupanci do Sul	Rua Maximiliano Centenário, 180. Centro. / (54) 3352-2171
São Leopoldo	São Leopoldo	Avenida Unisinos, nº 99, 3º Andar, sala 314. / (51) 3568-6127
São Lourenço do Sul	São Lourenço do Sul	Rua Almirante Barroso, 1176, 1º Andar, sala 102 e 106. Centro. / (53) 3251-6339
São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões	Rua Coronel Fernando Machado, 2771, 2º Andar. Bairro Agrícola. / (55) 3352-2332
São Marcos	São Marcos	Rua Carlos Gomes, 557, 1º Andar, sala 102. Centro. / (54) 3291-4790

## Interior

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
São Pedro do Sul	São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Toropi, Quevedos	Rua Ernesto Wagner, 233, 1º Andar, sala 103. Centro. / (55) 3276-4333
São Sebastião do Caí	São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Harmonia, São José Do Hortêncio, Tupandi	Rua São Lourenço, 1113, sala 01. Centro. / (51) 3635-0360
São Sepé	São Sepé, Formigueiro, Vila Nova	Rua Adail Moreira Cunha, 800. Centro. / (55) 3233-2960
São Valentim	São Valentim, Benjamin Constant do Sul, Entre Rios, Erval Grande, Faxinalzinho	Rua Luiz Carlos Farret, 66, sala 105. Fórum. Centro. / (54) 3373-1044
São Vicente do Sul	São Vicente do Sul, Cacequi, Mata	Rua Vinte de Setembro, 755, sala 13. Centro. / (55) 3257-2702
Sapiranga	Sapiranga	Rua Alberto Schmidt, 441. Centenário. / (51) 3559-5220
Sapucaia do Sul	Sapucaia do Sul	Av. João Pereira Vargas, 611. / (51) 3452-2172
Sarandi	Sarandi, Barra Funda, Nova Boa Vista	Rua Senador Alberto Pasqualini, 1229, Edifício Themis, sala 1. Centro. / (54) 3361-4721
Seberi	Seberi, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco	Avenida General Flores da Cunha, 1467. Centro. / (55) 3746-1034
Sobradinho	Sobradinho, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Passa Sete, Segredo	Rua Isolina Zannete, 30, sala 02. Bairro Missões. / (51) 3742-3466
Soledade	Soledade, Barros Cassal, Fontoura Xavier, Ibirapuitã, Mormaço, São José do Herval	Rua José Quintana, 23. Missões. / (54) 3381-3561 e (54) 3381-5169
Tapejara	Tapejara	Rua Coronel Gervásio, 579. Centro. / (54) 3344-3163
Tapera	Tapera, Colorado, Lagoa dos Três Cantos, Selbach	Rua do Comércio, 668. Bairro Centro / (54) 3385-1723 e (54) 3385-1193
Tapes	Tapes, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul	Rua dos Jambos, 62. Pontal. / (51) 3672-2952
Taquara	Taquara, Riozinho, Rolante	Rua Federação, 2100. Morro do Leão. / (51) 3541-8162
Taquari	Taquari, Tabai	Rua Consuelo Alvim Saraiva, 585, sala 03. Parque das Pedreiras / (51) 3653-5956
Tenente Portela	Tenente Portela, Barra do Guarita, Derrubadas, Miraguaí, Vista Grande	Rua Luis Carlos Schepp, 41, 2º Andar, sala 102, Fórum. Centro. / (55) 3551-3122
Terra de Areia	Terra de Areia, Itati	Rua Treze de Abril, 3959, sala 112. Centro. / (51) 3666-1893
Teutônia	Teutônia	Avenida Um Norte, 200, sala 03. Centro Administrativo. / (51) 3762-3087
Torres	Torres, Arroio do Sal, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas	Rua Travessa Capaverde, 82, sala 01. Centro. / (51) 3626-3381 e (51) 3626-3373
Tramandaí	Tramandaí, Balneário Pinhal, Cidreira, Imbé	Rua Vergueiros, 212. Zona Nova. / (51) 3684-5172 e (51) 3684-6052
Três Coroas	Três Coroas	Rua Felipe Bender, 373. Centro. / (51) 3546-4740
Três de Maio	Três de Maio, Alegria, Boa Vista do Buricá, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá	Avenida Buricá, 375. Oriental. / (55) 3535-1006
Três Passos	Três Passos, Bom Progresso, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul	Avenida Júlio de Castilhos, 102. Centro. / (55) 3522-2542
Triunfo	Triunfo	Rua dos Bombeiros Voluntários, 100. Centro. / (51) 3654-3911
Tucunduva	Tucunduva, Novo Machado	Rua Santa Rosa, 580. Centro. / (55) 3542-2356
Tupaciretã	Tupaciretã, Jari	Rua Antonio Silveira, 1197, 2º Andar, salas 202 e 204. Popular. / (55) 3272-4085
Uruguaiana	Uruguaiana, Barra do Quaraí	Rua Bento Martins, 2497, sala 202. Centro. / (55) 3412-6341 / (55) 3411-3841
Vacaria	Vacaria, Campestre da Serra, Esmeralda, Monte, Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra	Rua Luiz Jacques Manozzo, 86. Parque dos Rodeios. / (54) 3232-5464
Venâncio Aires	Venâncio Aires, Boqueirão do Leão, Mato Leitão	Rua Conde D'Eu, 2036. Cruzeiro / (51) 3793-0044
Vera Cruz	Vera Cruz, Vale do Sol	Avenida Nestor Frederico Henn, 1540, 1º Andar, sala 104. Centro. / (51) 3718-2954
Veranópolis	Veranópolis, Cotiporã, Fagundes Varela, Vila Flores	Rua Dr. Idemundo Tedesco, 170, 2º Andar, sala 202. São Peregrino. / (54) 3441-4961
Viamão	Viamão	Avenida Senador Salgado Filho, 9764. Centro. / (51) 3485-3164

# Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento



O atendimento humanizado à população é a principal atividade da Defensoria Pública. É a partir daí que se origina a prestação da orientação jurídica, o exercício do direito de defesa, a tomada de diligências pelos Defensores Públicos ou, ainda, quando necessário, a propositura de ação judicial. Em Porto Alegre, a Instituição possui a Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento, sendo destaque no primeiro atendimento das pessoas que procuram a Defensoria Pública em Porto Alegre. A UCAA contém infraestrutura completa para atendimentos aos assistidos, incluindo salas de triagem, sala de espera, sala de segurança e sala administrativa, salas privativas por Defensoria, e sala de psicologia. São três pavimentos que compreendem 1640 m<sup>2</sup>.

## Atendimentos UCAA

Tipo de Atendimento	Quantidade
Atendimentos administrativos	97.845
Atendimentos Defensores Públicos	57.556
Iniciais ajuizadas	10.028

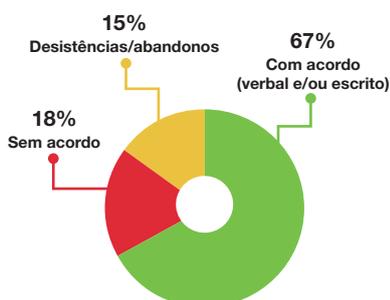
## EQUIPE DE MEDIAÇÃO

A UCAA possui convênio, há nove anos, com a Clínica de Psicoterapia e Instituto de Mediação (CLIP), que contribui para o projeto de solução pacífica de conflitos na área de Família. Entre agosto de 2016 e julho de 2017, a equipe oportunizou solução amigável a 484 pessoas, analisando 243 casos.

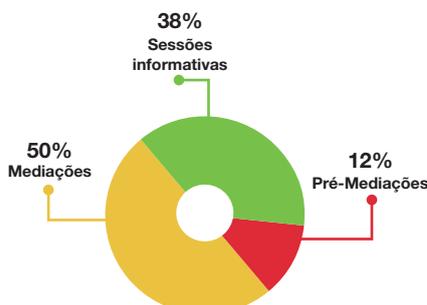
**502**  
pessoas  
atendidas

**288**  
casos  
atendidos

Resultado das Mediações



Tipos de Atendimentos Iniciais



**32%**

das mediações trataram do cuidado com os filhos.

**32%**

dos motivos de atendimentos iniciais de resolução de conflitos envolveram atendimentos em função da separação do casal e suas consequências.

# Defensorio no Mídia



## Impressos:



### 80% está sem condenação

Cerca de 1.300 presos de Penitenciária Modulada de Montebelo ainda não foram julgados. Multidão da Defensoria Pública do Estado pede mais fôlego para abrir novas vagas no sistema prisional.

### 80% dos presos na Modulada não têm condenação

Casos concretos. Multidão da Defensoria Pública encontra homens inocentes que há um mês aguarda pelo veredito.

### Defensoria promove mutirão de orientação

O bairro Bom Jesus, na zona leste de Porto Alegre, receberá a 8ª Temporada do Mutirão de Orientação Jurídica, pelo projeto Estender a Mão. Músicos que Buscam e Micos que Acolhem, do Departamento de Aposentados e Pensionistas da Defensoria Pública do Estado. A ação começa na segunda-feira e se repetirá nos dias 19 e 27 de setembro e 5 de outubro.

### Defensoria promove mutirão de orientação

O bairro Bom Jesus, na zona leste de Porto Alegre, receberá a 8ª Temporada do Mutirão de Orientação Jurídica, pelo projeto Estender a Mão. Músicos que Buscam e Micos que Acolhem, do Departamento de Aposentados e Pensionistas da Defensoria Pública do Estado. A ação começa na segunda-feira e se repetirá nos dias 19 e 27 de setembro e 5 de outubro.

### Bandido promete se vingar na família de PM

Um homem acusado de matar um policial promete se vingar na família do morto. A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul oferece assistência jurídica para a família.

### 80% dos presos na Modulada não têm condenação

Cerca de 1.300 presos de Penitenciária Modulada de Montebelo ainda não foram julgados. Multidão da Defensoria Pública do Estado pede mais fôlego para abrir novas vagas no sistema prisional.

### Defensoria abre um espaço para a mediação dos conflitos familiares

Um espaço dedicado à mediação de conflitos familiares foi inaugurado na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.

### Defensoria inaugura espaço para mediação na Capital

Um espaço dedicado à mediação de conflitos familiares foi inaugurado na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.

### Defensoria inaugura espaço para mediação na Capital

Um espaço dedicado à mediação de conflitos familiares foi inaugurado na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.

### ACESSO À JUSTIÇA FACILITADO

O bairro Bom Jesus, na zona leste da Capital, recebe hoje, entre 14h e 17h, a 8ª Temporada de Mutirão de Orientação Jurídica, promovida pelo Departamento de Aposentados e Pensionistas da Defensoria Pública do RS. A ação se repetirá nos dias 19 e 27 de setembro e 5 de outubro.

### Acesso à justiça facilitado

113 infobanners e cards de datas comemorativas desenvolvidos para as redes sociais, focados na educação em direitos.

Mais de 19.400 curtidas no Facebook - 3ª página mais curtida entre as Defensorias Públicas do País.

Mais de 900 notícias produzidas para os meios de comunicação da instituição.

Mais de 1300 inserções na mídia.

### Cerca de 300 entrevistas concedidas para veículos de várias regiões do Brasil.

### Cerca de 550 programas de Radioweb produzidos e parceria com mais de 80 rádios do interior do RS.

## DEFENSORIA PÚBLICA

### Porto Alegre tem nova unidade voltada à área criminal

A Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul inaugurou sua nova unidade voltada à unificação dos serviços na área criminal em Porto Alegre. No total, 27 defensores devem atender no local, que funciona na rua Vicente de Paula Dutra, 236, ao lado do Foro Central.

### Porto Alegre tem nova unidade voltada à área criminal

## DEFENSORIA PROMOVE MUTIRÃO DE ORIENTAÇÃO

O bairro Bom Jesus, na zona leste de Porto Alegre, receberá a 8ª Temporada do Mutirão de Orientação Jurídica, pelo projeto Estender a Mão. Músicos que Buscam e Micos que Acolhem, do Departamento de Aposentados e Pensionistas da Defensoria Pública do Estado. A ação começa na segunda-feira e se repetirá nos dias 19 e 27 de setembro e 5 de outubro.

### Defensoria promove mutirão de orientação

## IARGS

### A evolução da Defensoria

O defensor público Cristiano Vieira Herdt será o palestrante convidado da reunião-almoço de junho do Instituto dos Advogados do RS (IARGS). Ele falará sobre o tema "A evolução histórica da Defensoria Pública no Brasil e sua estrutura no Rio Grande do Sul". A palestra ocorre na próxima quinta-feira, às 12h, no Hotel Plaza São Rafael.

## UMA INSTITUIÇÃO CONFIÁVEL

No Dia do Defensor Público, celebrado hoje, os defensores públicos têm muito a comemorar. Isso porque a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPERS) é a instituição que se destaca mais confiável dentro do sistema de Justiça. A avaliação foi feita através de uma pesquisa realizada pela própria entidade durante setembro de outubro do ano passado.

### Uma instituição confiável

## DEFENSORIA

### Encontros para harmonizar lares

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (DPERS) deu início às atividades do projeto "Caminho de Defesa em Mediação e Conciliação", por intermédio da Oficina de Parentalidade, oferecida aos seus assistidos como meio de educação em direitos e promoção do desenvolvimento harmonioso e sustentável das famílias.

Patricéria refere que é objeto da Oficina trabalhar o acesso à Justiça através de um conceito de harmonia e de sustentabilidade das relações familiares. "O sistema de mediação familiar tem recursos de resolução dos conflitos, de forma autossuficiente, que não prejudica os interesses das partes envolvidas, com o seu apoio e colaboração de um terceiro, orientador, através de um consenso, uma manifestação de vontade, acordada e voluntária de resolver o problema, possibilita a superação dos problemas do divórcio quando há filhos em comum, permitindo a forma de encerrar os conflitos pessoais, evitando-se o litígio judicial de forma mais rápida e econômica", explica.

### Encontros para harmonizar lares

## CORREIO DO POVO

### DIREITO NOS PRESIDÍDIOS

Um espaço dedicado à mediação de conflitos familiares foi inaugurado na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.

### Direito nos presídios

## DIREITOS HUMANOS

### Defensoria inicia mutirão em presídios do Estado

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul dá início ao projeto-piloto Defensoria Itinerante no Sistema Prisional. A ação é voltada à redução da superlotação como forma de contribuir para a diminuição da crise da segurança pública. Em formato de força-tarefa, os defensores e servidores fazem mutirões nos estabelecimentos prisionais, visitas criminais e de execução criminal, em busca de oportunidades de aplicação de medidas alternativas ao encarceramento de presos provisórios. No presídio estadual de Erechim, o primeiro a ser visitado, foram feitos 504 atendimentos.

### Defensoria inicia mutirão em presídios do Estado

## Programa da Defensoria Pública fará mutirões

Um espaço dedicado à mediação de conflitos familiares foi inaugurado na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.

### Programa da Defensoria Pública fará mutirões

### Acesso à justiça facilitado





# Web e Rádio:

**MATÉRIAS** publicadas em 17/08/2017, atualizadas em 14/08/2017  
**Defensoria e MP sugerem protocolo para reintegrações**



Na visão de Luciana Schneider, é preciso alinhar procedimentos com a BM (LATHY DORNELLEZ)

**Defensoria e MP sugerem protocolo para reintegrações**

**Jornal do Comércio**

## Levantamento aponta que quase 170 mulheres são agredidas por dia no Rio Grande do Sul

De janeiro a junho de 2017 foram mais de 30 milhões no estado. Defensoria Pública disponibiliza serviço de atendimento às vítimas de Porto Alegre e Região Metropolitana.



Mais de 167 mulheres são agredidas por dia no Rio Grande do Sul

**Levantamento sobre violência de gênero**

**G1/RS**

**Estratégia online**

## Defensoria fará mutirão para interessados em obter vagas em creches de Novo Hamburgo

Iniciativa surgiu devido a demanda de pais que ficaram sem vagas nas instituições de educação infantil na cidade

02/08/2017 18:55 | 02/08/2017 18:06



A Defensoria Pública de Nova Hamburgo, em parceria com o Grupo Defensoria Itinerante, realiza na próxima quinta-feira (3), na Câmara Municipal, um mutirão de atendimento voltado à

**Defensoria faz mutirão para interessados em obter vagas em creches de Novo Hamburgo**

**Jornal NH**

**MATÉRIAS** publicadas em 14/08/2017, atualizadas em 02/08/2017  
**Centro de Referência da Defensoria chega a três anos com alta demanda**



Local atende milhares de casos de violação de direitos por ano

19/08/2017

Com três anos consolidados em janeiro deste ano, o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPES/RS) tem recebido centenas de casos por mês. Em 2016, o CRDH atendeu a quase 2 mil infrações de violência e violação de direitos, apenas em janeiro deste ano, o número 200. O espaço localizado na rua Cidade Juvenc, no Centro da Capital, atende prioritariamente a

**CRDH chega a três anos com alta demanda**

**Jornal do Comércio**

**Erechim**



## Defensores fazem inspeção no Presídio Estadual de Erechim

Por Defensoria Pública - Estado do Rio Grande do Sul Foto: Divulgação - Defensoria Pública - Estado do Rio Grande do Sul 15/08/2017 09:47

Inmerso na busca pela justiça, os Defensores Públicos que integram o núcleo do projeto Defensoria Itinerante no Sistema Penitenciário (DIPSI), em Erechim, realizaram, anteriormente, uma inspeção no Presídio Estadual de Erechim, com o objetivo de avaliar a situação de saúde dos presos, a situação de higiene e a situação de alimentação. O projeto, que possui mais de 500 operários e está com 100% de capacidade atual de atendimento.

**Defensores fazem inspeção no Presídio Estadual de Erechim**

**Jornal Bom Dia**

## Litoral do RS receberá defensores públicos para orientação jurídica

Projeto Defensoria Itinerante inicia nesta quinta-feira (12), em Arroio do Sal. Iniciará mutirão de atendimento à população, sempre das 13h às 17h, no mês



Defensoria Pública Itinerante atuará pela primeira vez em um projeto veicular. Foto: Divulgação - Defensoria Pública

**Mutirão Defensoria Itinerante no Litoral**

**G1/RS**

## Virando a Página - Projeto da Defensoria Pública capacita internos da Fase



Projeto Virando a Página e apresenta a adolescentes infratores da Fase / Foto: VICTÓRIA CLITON/Defensoria RS

Iniciou nesta semana o Projeto Virando a Página da Defensoria Pública para capacitar

**Virando a Página - Projeto da Defensoria Pública capacita internos da FASE**

**ClicRBS**

## Defensoria Pública inaugura Centro de Referência em Mediação e Conciliação em Porto Alegre



O projeto piloto, pioneiro no Brasil, pretende oferecer educação em direitos à população e viabilizar a mediação familiar, como alternativa ao ajuizamento de ações no Judiciário gaúcho.

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul inaugura nesta quinta-feira (5) o CRMC (Centro de Referência em Mediação e Conciliação) no prédio do Ipergs (Instituto de Previdência do Estado), em Porto Alegre.

O projeto-piloto, pioneiro no Brasil, pretende oferecer educação em direitos à população e viabilizar a mediação familiar, como alternativa ao ajuizamento de ações no Judiciário gaúcho.

**Defensoria Pública inaugura Centro de referência em Mediação e Conciliação em Porto Alegre**

**O Sul**

## Onde buscar orientação jurídica gratuita nesta semana em Porto Alegre

Ações da Defensoria Pública começam nesta quarta, no Largo Glênio Peres, e fazem parte da Semana de Aniversário da Capital



Quem precisa de orientação jurídica e está em dúvidas pode se socorrer em eventos que a Defensoria Pública do Estado promove nos próximos dias, na Semana de Aniversário de Porto Alegre.

As ações fazem parte de convênio entre a instituição, a prefeitura e a Secretaria de Desenvolvimento Social, com objetivo de proporcionar atendimento mais

**Orientação jurídica gratuita na Semana de Porto Alegre**

**Zero Hora**

## Começam hoje as inscrições para concurso da Defensoria Pública do RS

Maior salário é para cargo de analista, que exige nível superior. Remuneração inicial é de R\$ 5.947,15.



**Novo concurso para quadro de servidores da Defensoria Pública**

**Zero Hora**

## Mutirão na penitenciária para avaliar condenações



Mutirão de 120 defensores do mês de 2017 em um penitenciário, realizando atendimento. Foto: Nivaldo Casaroli / Defensoria Pública

**Mutirão na penitenciária de Montenegro para avaliar condenações**

**Jornal Ibiá**

**Diário Gaúcho**

## Saiba o que fazer quando não há vaga para seu filho em creche ou pré-escola

Mais de 1 milhão de crianças não têm vaga em creche ou pré-escola. Saiba o que fazer quando não há vaga para seu filho em creche ou pré-escola



**Saiba o que fazer quando não há vaga para seu filho em creche ou pré-escola**

**Diário Gaúcho**



# Televisão:



Superlotação dos presídios: Defensores fazem revisão dos processos **TV Record**



Defensora Pública fala sobre violência contra a mulher **Emancipação em Cena**



Litoral do RS recebe Defensores Públicos para orientação jurídica **RBS TV**



Mutirão busca agilizar processos e desafogar presídios do RS **RBS TV**



Moradores da Vila Dique se reúnem para entrar na Justiça **RBS TV**



FASE e Defensoria Pública do RS promovem oficinas de capacitação para jovens infratores **RBS TV**



Defensor Público-Geral participa de reunião-almoço do IARGs **BAH!**



Defensoria inaugura novo local de atendimento **RBS TV**



Defensor de Santa Maria fala sobre atendimentos e demandas **TV UNIFRA**



Parada Livre reúne cerca de 20 mil pessoas em Porto Alegre, diz PM **RBS TV**



Defensora Pública orienta moradores da divisa entre Viamão e Porto Alegre **RBS TV**



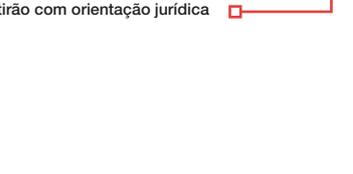
Defensor Público-Geral fala sobre a Pesquisa de Opinião **TV ASSEMBLEIA**



Defensora Pública explica o papel do CRMC em Porto Alegre **RBS TV**



Defensora Pública do RS realiza mutirão com orientação jurídica **RBS TV**



Mais de duas mil famílias sofrem com a falta do pagamento do aluguel social em Porto Alegre **RBS TV**



Defensoria Itinerante é realizada no Presídio Estadual em Erechim **RBS TV**



Defensoria Pública pode ajudar no atendimento psicológico em pontos de Porto Alegre **RBS TV**



Defensora Pública explica o papel do CRMC em Porto Alegre **RBS TV**



Defensor Público fala sobre educação infantil **UCS TV**



Defensoria Pública faz mutirão para revisar processos de presos no Estado **RBS TV**



Especialista fala sobre a situação atual dos presídios do RS **RBS TV**



Defensora Pública fala sobre adoção no Brasil **TV CÂMARA**



Desempenho de tornezeira é apresentado em estudo **TV RECORD**



Defensor Público participa de debate sobre segurança **BIBO NUNES SHOW**



Defensoria Pública realiza série de mutirões em Porto Alegre **RBS TV**



Dobra o número de denúncias de abuso de autoridade no Rio Grande do Sul **SBT**



Defensoria Itinerante faz atendimento na Praia do Laranjal **RBS TV**



Defensora Pública marca presença na Parada do Orgulho LGBT **RBS TV**



Defensoria Pública marca presença na Parada do Orgulho LGBT **TVE**

# Projetos e Ações Institucionais

“

*A mediação foi essencial no meu caso. Não conseguia me comunicar com meu ex-marido, e tanto a palestra quanto as conversas com os mediadores foram excelentes. Retomamos a comunicação de uma forma educada. Além de não gerar mais um processo impessoal e demorado, a mediação é muito mais realista, pois considera a situação real, até porque o acordo parte dos interessados, diante das possibilidades dos mesmos. Recomendo, e se for necessário buscaria o auxílio dos mediadores da Defensoria Pública novamente.*

*(Kelly Maciel de Farias, assistida da Defensoria Pública - Porto Alegre)*

”



PROCURADORIA PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO SUL

Núcleo de Defesa da Mulher  
NUDEM

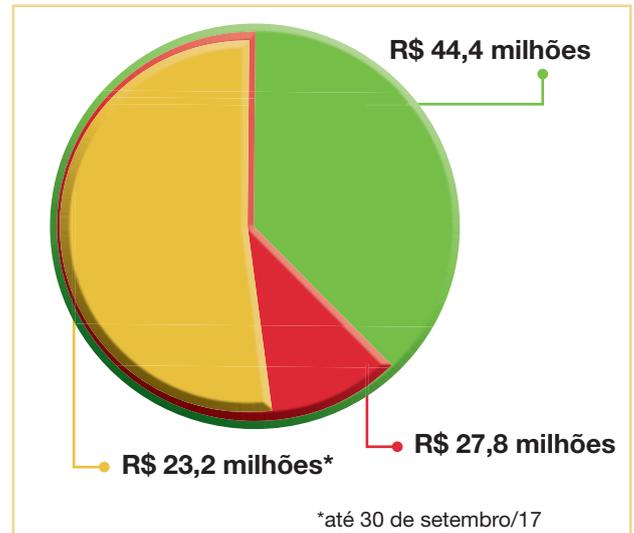
SOMOS  
RAIZES  
FORTES D+  
P/ SER BUBÊ

# Projeto de Modernização Institucional



O objetivo do Projeto de Modernização Institucional (PMI) é ser instrumento de construção da cidadania e promoção do sistema de justiça acessível, ágil e efetivo, alcançando as pessoas mais vulneráveis do Estado do RS. O PMI chegou ao seu terceiro ano de atividade com quase R\$ 28 milhões contratados (o que representa cerca de 63% do Projeto). Desse valor, mais de R\$ 23 milhões já foram executados.

O PMI está estruturado em quatro grandes diretrizes: **Fortalecimento da Defensoria Pública**, com as ações: planejamento estratégico e o projeto Defensoria Itinerante; **Estruturação Física**, com as ações: reforma da sede e recomposição do mobiliário; **Automação e Informatização**: com as ações: plano Diretor de TI, sistema informatizado para a área-fim, gestão eletrônica de documentos, sistemas administrativos para as áreas-meio, portais internet e intranet e recomposição do parque tecnológico; e **Capacitação das Pessoas**, com as ações: plano de gestão de pessoas e capacitação e ensino a distância.



## PORTAL DA DEFENSORIA

O sistema tecnológico que serve de instrumento para reunir todas as ferramentas necessárias para facilitar a rotina de trabalho da atividade-fim recebeu diversas atualizações no período. O Portal da Defensoria segue como o sistema mais utilizado para garantir agilidade ao atendimento do assistido e manter em segurança os dados obtidos para o acesso ao sistema de justiça. Elaborado pela equipe de Infraestrutura e Redes da Instituição, o Portal atende aos requisitos de alta performance em termos tecnológicos. A principal atualização do período foi a integração com o processo eletrônico para o peticionamento de intermediárias.

### Portal da Defensoria em Números

<b>Assistidos cadastrados</b>	<b>958.984</b>
Peças cadastradas	829.613

## DEFENSORIA ITINERANTE

Com o objetivo de ampliar o acesso à Justiça e promover educação em direitos à população mais vulnerável do Estado, o projeto Defensoria Itinerante realizou 96 mutirões de orientação jurídica e atendimento, beneficiando cerca de 5 mil pessoas no período. Com o projeto, a Instituição está cada vez mais próxima da população e prestando atendimento de qualidade com o auxílio das unidades móveis.



### DEFENSORIA ITINERANTE - OUTUBRO DE 2016/SETEMBRO DE 2017

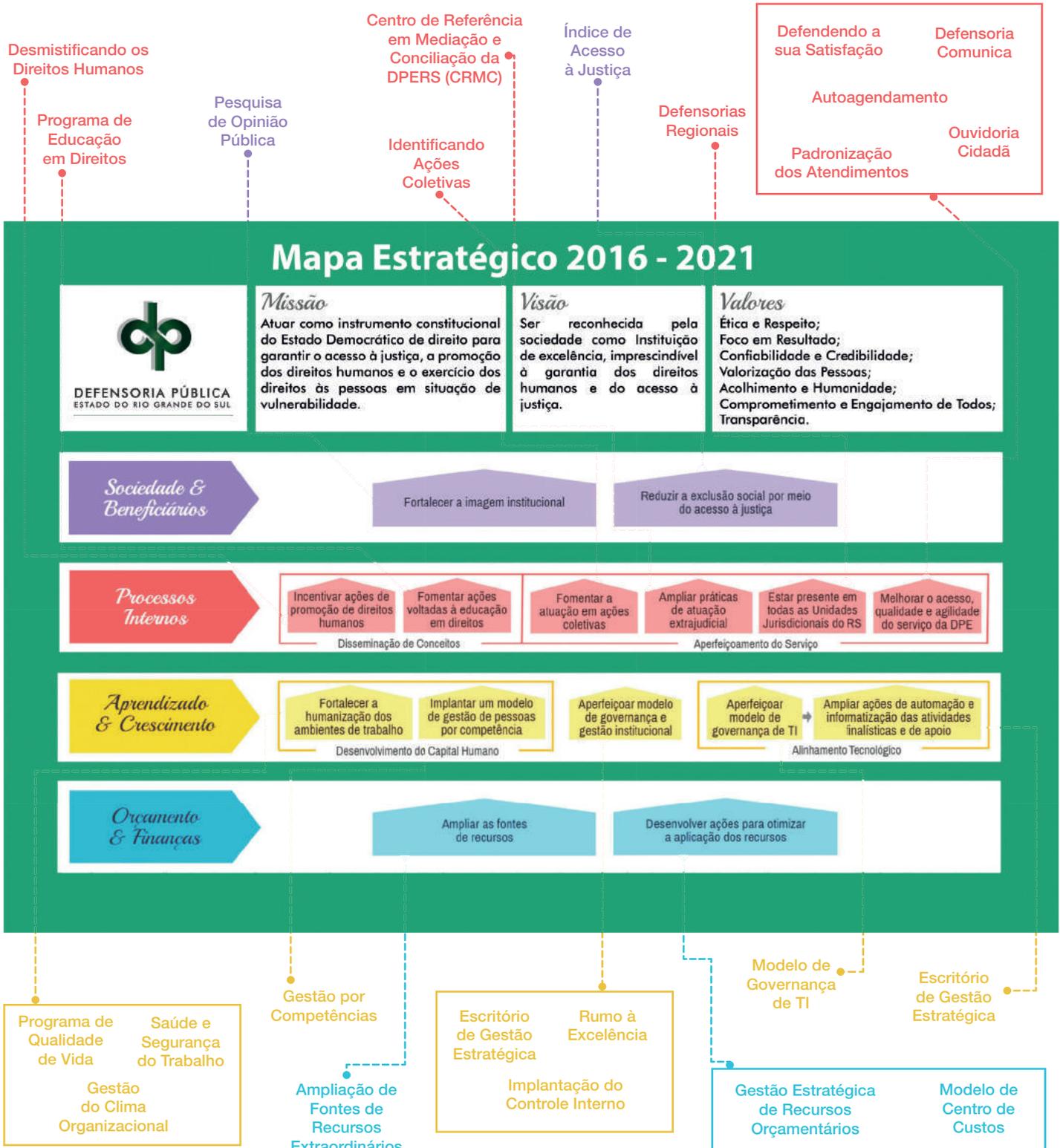
PROJETO	FORMAS DE ATENDIMENTO	MUTIRÕES/AÇÕES	PESSOAS BENEFICIADAS
Temporada de Verão - Litorais Norte e Sul e praias da Capital	Orientação Jurídica	13	967
População Hipervulnerável	Orientação Jurídica/Educação em Direitos	17	905
Regularização Fundiária (moradia)	Atendimento e análise documental	29	774
Defensoria Itinerante no Sistema Prisional	Atendimento do preso, do familiar e análise processual	14	1793
Estender a Mão	Orientação Jurídica	14	215
Reforço no atendimento	Atendimento e análise documental	5	258
Convênio - Prefeitura de Porto Alegre nos Bairros	Orientação Jurídica	4	70
	<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>4982</b>

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da Defensoria Pública (PED) é uma das ações do PMI e seu principal objetivo é elaborar e coordenar a execução da estratégia da Instituição para alcançar o fortalecimento institucional e a redução da exclusão social por meio do acesso à justiça. A construção do PED teve participação de representantes de toda a Defensoria, promovendo legitimidade ao processo de elaboração e conseqüente engajamento das pessoas na execução do estabelecido no Mapa Estratégico 2016-2021. Os objetivos estratégicos refletem os resultados que a Instituição pretende atingir, o que será possível por meio dos projetos estratégicos que já estão em andamento. Abaixo, o Mapa Estratégico e os projetos vinculados a cada objetivo estratégico do PED 2016-2021.

### Escritório de gestão estratégica

Foi instituído, pela Resolução DPGE nº 04/2017, o Escritório de Gestão Estratégica, unidade vinculada à Assessoria de Pesquisa e Planejamento do Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado, com o objetivo de assegurar que as ações da Instituição contribuam com a estratégia estabelecida e buscar boas práticas de gestão pública que auxiliem no alcance de melhores resultados.



## MELHORIA EM INFRAESTRUTURA DE TI

Foram realizados diversos investimentos de melhoria na infraestrutura de tecnologia da informação, que resultou na **ampliação da velocidade, no aumento da segurança da informação e na ampliação da capacidade de armazenamento das informações**. O PMI possibilitou grande avanço tecnológico para Instituição que passou a entregar serviços públicos de qualidade a seus assistidos. O investimento em tecnologias atuais possibilitou melhorias perceptíveis em termos de prestação de serviço (aumento da produtividade, padronização da qualidade e repetitividade dos processos), auxiliando na **racionalização de recursos**. Com a aquisição e instalação de switches gerenciáveis nas Defensorias Regionais, a equipe técnica de infraestrutura e rede da Diretoria de TI (DTI) consegue, remotamente, otimizar a performance dos equipamentos, aplicar regras

de segurança e solucionar incidentes. Incrementou-se a continuação da atividade pública da Defensoria, ao passo que foram reduzidos gastos com deslocamento e diárias para atendimento *in loco*. O investimento em servidores modernos - que permitem o funcionamento de sistemas de informação, processando em alta velocidade e armazenando dados de forma integrada entre diferentes equipamentos - vai ao encontro do crescimento expressivo da automação de processos organizacionais, tanto na atividade-fim, como nas áreas-meio de suporte aos processos finalísticos. Esse incremento de desempenho resultou em **sistemas mais rápidos e confiáveis**, e, conseqüentemente, em menos tempo de espera para ações no sistema e menor ocorrência de períodos de indisponibilidade.

## DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

A principal entrega de valor em termos de **desenvolvimento e evolução de sistema** foi a interoperabilidade do Portal da Defensoria junto ao sistema de Processo Eletrônico do Poder Judiciário Estadual com o petiçãoamento de intermediárias e a criação de novos módulos. Nas primeiras semanas de sua implantação, o protocolo de intermediárias no processo eletrônico via Portal da Defensoria já supera a marca de 1.000 peças. Também com recursos oriundos do PMI, o Banco de Peças da Defensoria passou por diversas melhorias em termos de busca e desempenho computacional. O Banco de Peças é a ferramenta oficial criada pela DTI que reúne, em um único ambiente, a produção intelectual realizada pela Casa para consecução da sua missão de ordem constitucional aos hipossuficientes do Estado. Para manter os servidores do corpo técnico de desenvolvimento em sintonia com as melhores práticas metodológicas e de tecnologias, foram realizados programas de capacitação, como cursos, workshops e palestras, traduzindo-se em melhores resultados nos mais variados projetos em execução.

A imagem mostra a interface do Portal da Defensoria. No topo, há uma barra de navegação com o logo da Defensoria Pública e o título 'ÁREA DE TRABALHO'. Abaixo, há uma barra de status com ícones e contadores para: Peças marcadas (0), Peças para aprovação (3), Alertamentos para aprovação (0), Agendamentos (0), Audiências (27) e Petiçãoamentos intermediárias (1). O menu de navegação à esquerda inclui: Área de Trabalho, Assistidos, Processos, em Curso e Devolução, Audiências e Sessões, Banco de Peças, Consultar Agenda, Mapa de Atividades e Histórico de Atividades. A área principal exibe uma lista de processos com detalhes como número do processo, tipo, data e horário.

Processo	Data	Horário	Órgão Julgador	Área
Petiçãoamento: 366 - Processo: 0000664-36.2014.8.21.7000 - Pasta: Cível	25/09/2017			
Peça para aprovar: Pasta Cível	25/09/2017			
Peça para aprovar: Processo: 9000046-82.2016.6.21.0010   Pasta Família	25/09/2017			
Peça para aprovar: Pasta Cível	25/09/2017			
Solenidade: Audiência Processo: 155/2.15.0001894-0	03/10/2017	09:00	Vara Judicial	Criminal
Solenidade: Audiência Processo: 155/2.17.0001137-0	03/10/2017	09:30	Vara Judicial	Criminal
Solenidade: Audiência Processo: 155/2.17.0000566-4	03/10/2017	09:31	Vara Judicial	Criminal
Solenidade: Audiência Processo: 155/2.17.0000355-5	03/10/2017	10:00	Vara Judicial	Criminal
Solenidade: Audiência Processo: 155/2.17.0001497-3	03/10/2017	11:20	Vara Judicial	Criminal
Solenidade: Audiência Processo: 155/2.17.0000637-7	03/10/2017	13:00	Vara Judicial	Criminal

Representação de tela do Portal da Defensoria

## IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS

Desde a elaboração do Plano Diretor de TI (PDTI), a DTI trabalhou na implantação da cultura de serviços e processos no âmbito da execução de suas atividades, baseada na biblioteca de boas práticas denominada ITIL (*information technology infrastructure library*). Com a implantação do sistema de atendimento a chamados (incidentes e requisições de serviços), foi criada a **Central de Serviços de TI**, com o objetivo de ser o ponto único de contato entre o usuário (Defensor, servidor ou estagiário) e um determinado serviço oferecido pela DTI. Houve qualificação e capacitação de servidores em ITIL. Também foi iniciado o projeto de implantação de 12 processos ITIL definidos como prioritários e de maior ganho de maturidade em termos de serviços

prestados pela DTI. Dentre eles, estão os de Gerenciamento de Catálogo de Serviços, Incidentes, Mudanças, Nível de Serviços e Segurança da Informação. Seguindo a tendência de **profissionalização das atividades de TI**, adquiriu-se solução de ponta para realizar a **Gestão do Ativos de TI**. Com essa ferramenta, em processo de implantação, será possível gerenciar, remotamente, todas as estações de trabalho da Defensoria Pública. Dentre as muitas possibilidades da solução, o corpo técnico poderá atualizar configurações de segurança por todo o Estado, protegendo, em tempo ímpar, a Defensoria da crescente onda de ameaças cibernéticas e colocar para operar, sem a necessidade de deslocamento técnico, diversos equipamentos eventualmente inoperantes.

## MODERNIZAÇÃO DA SEDE

Dentro da diretriz estrutural do PMI está inserida a reforma da sede, que proporcionará mais comodidade e privacidade no atendimento aos assistidos e valorização da Instituição. Para fins práticos, a reforma foi segmentada em cinco partes. Confira abaixo a situação de cada uma delas:

### ELEVADORES

Todos os três equipamentos novos foram instalados e entregues em 2016. Atualmente, a sede conta com equipamentos modernos e seguros para o transporte vertical de Defensores Públicos, servidores e assistidos.

### FACHADA

Este segmento da reforma do prédio representa maior valorização institucional, tendo em vista que a construção antiga era datada da década de 1970, sem manutenção adequada, e a precariedade de sua estrutura externa representava risco para os frequentadores do prédio e transeuntes. Agora, a nova estrutura em vidro e painéis de composto de alumínio propicia maior segurança, melhora o isolamento térmico e traz atualização estética ao prédio. A obra atingiu nível de conclusão de mais de 90% e tem previsão de finalização ainda no mês outubro deste ano.



### UNIDADE CENTRAL DE ATENDIMENTO E AJUIZAMENTO (UCAA)

Etapa em que as melhorias no atendimento aos assistidos são perceptíveis, a reforma da UCAA encontra-se em estágio concluído. Na obra, os três primeiros pavimentos do prédio foram completamente reestruturados, garantindo espaços mais confortáveis, privativos e adequados aos cidadãos gaúchos, visando à melhor prestação de serviço público. Após a finalização da reforma, os assistidos contarão com acessibilidade universal, melhorias no dimensionamento dos espaços de circulação, novos sistemas de iluminação, climatização, segurança e sinalização.

### SUBESTAÇÃO ELÉTRICA

O expressivo número de cidadãos acolhidos pela Instituição exige a adoção de medidas que evitem paralisações e suspensões dos atendimentos, em decorrência de quedas de energia elétrica ocasionadas pela precariedade das condições da atual subestação de energia. Por isso, esta etapa da reforma trará maior segurança e confiabilidade às atuais instalações elétricas. O projeto executivo foi concluído em agosto e a previsão é que o edital de licitação para execução da reforma seja publicado ainda em 2017.

### REFORMA INTERNA DOS ANDARES

Tendo em vista a obsolescência estrutural da parte interna da sede, esta atividade visa a propiciar maior segurança e melhores condições de trabalho também aos Defensores Públicos e servidores que atuam nas áreas-meio da Instituição. O projeto de reforma interna dos andares está em elaboração, e compreenderá acessibilidade universal, modernização das instalações elétrica e hidráulica, adequação luminotécnica dos ambientes e atendimento integral às normas de segurança vigentes.

### CAPACITAÇÃO EM LIDERANÇA E GESTÃO

Ao longo do período, o tema Liderança e Gestão foi trabalhado em capacitações e palestras. No Encontro Estadual de Defensores Públicos, o filósofo e professor Mario Sergio Cortella falou sobre legado, gestão e motivação no trabalho. Liderança e Gestão também é o tema da capacitação dos membros da Administração Superior da Defensoria Pública. Um programa envolvendo quatro encontros e processo de *coaching* individual está em curso. Os Defensores Regionais também passarão por atividades vivenciais e de reflexão sobre seu papel como gestores na estrutura da Instituição.

### PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E DEFENSORES

Em parceria com o SENAC, a Defensoria vai disponibilizar, de forma descentralizada, cursos a todos os seus Servidores e Defensores. Temas como Resiliência, Administração do Tempo, Relacionamento Interpessoal e Inteligência Emocional serão abordados em capacitações que acontecerão tanto em Porto Alegre quanto em outras 22 regiões do RS, de forma a oportunizar a participação de todo o quadro de colaboradores da Instituição. Serão um total de 75 novos cursos destinados a Servidores, Defensores e Gestores de todas as áreas da DPE. Destes, 56 são cursos presenciais, divididos em mais de 270 turmas, e outros novos 19 cursos a distância que vão tratar desde o novo Código de Processo Civil até Diversidade e Inclusão Social, Redação Oficial e muitos outros assuntos que estarão a um clique de Servidores e Defensores em todo o Estado.



# Pesquisa de Opinião



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RS **59%**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RS **47%**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS **45%**

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO **37%**

TRIBUNAL DE CONTAS DO RS **33%**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS **21%**

## INSTITUIÇÃO DE CONFIANÇA DOS GAÚCHOS...

Com objetivo de aferir a percepção da sociedade gaúcha acerca da atuação da Defensoria Pública do RS, a Instituição promoveu pesquisa de opinião pública, realizada entre setembro e outubro de 2016. A consulta identificou que a Defensoria Estadual é a Instituição do Sistema de Justiça na qual os gaúchos mais confiam, com um índice de 59% de confiança. Mais de duas mil pessoas, dentre sete mesorregiões do Estado, foram entrevistadas. De acordo com os dados, mais da metade dos entrevistados (**61%**) afirma que possui uma imagem mais positiva da Defensoria Pública e 59,2% confiam ou confiam muito na Instituição. Ao serem questionados sobre a avaliação dos serviços prestados, **78% avaliou como bom ou ótimo**, e sobre o impacto que a Defensoria Pública trouxe em suas vidas 58,3% responderam que conseguiram seus direitos. Quando foram questionados se já ouviram falar da Defensoria Pública, 81% dos entrevistados responderam que sim. A pesquisa possui nível de confiança de 95% e margem de erro de 2,06%.

# 78%

dos entrevistados avaliaram como bom ou ótimo o serviço da Instituição

Executada pelo PMI, a pesquisa possibilitou a identificação de oportunidades de aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Defensoria Pública e teve como objetivo geral o fortalecimento da Instituição e a melhoria da prestação de serviços à população, em especial no atendimento aos cidadãos hipossuficientes.

## ...E A MAIS IMPORTANTE PARA OS BRASILEIROS

A Defensoria Pública é considerada a instituição mais importante para os brasileiros, segundo pesquisa realizada pela GMR Inteligência & Pesquisa e encomendada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). 92,4% dos entrevistados avaliam a Defensoria Pública como “muito importante” ou “importante”, o que a coloca na primeira colocação entre todos os órgãos citados. A Defensoria também desfruta do maior percentual de confiança entre os órgãos do sistema de justiça (74,1%), sendo destaque entre os locais procurados para a denúncia de irregularidade. Entre os operadores do sistema judicial, ela é a mais conhecida, estando à frente do Ministério Público, OAB e Tribunais de Justiça. Com a missão de garantir assistência jurídica integral e gratuita à população vulnerável, a Defensoria Pública está entre as três instituições que tiveram seu trabalho mais bem avaliado pelos entrevistados. Foram entrevistadas 5.035 pessoas, em todo o Brasil, entre março e maio de 2017. O levantamento tem 1,38% de margem de erro e 95% de nível de confiança.

# 92,4%

dos entrevistados avaliam a Defensoria Pública como “muito importante” ou “importante”



GERAL

## Defensoria Pública é a instituição mais importante do País, diz pesquisa

Estação Conteúdo

13.09.17 - 14h59



A Defensoria Pública, embora tenha pouco tempo de existência, já é considerada a instituição mais importante do Brasil na garantia de direitos fundamentais de crianças e jovens. É o que mostra levantamento recém-concluído pela GMR Inteligência e Pesquisa, encomendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A pesquisa foi realizada entre 9 de março e 29 de maio e ouviu 5.035 pessoas de todo o País, de todas as classes sociais e idades, e tem nível de confiança de 95%, segundo a GMR.

Conforme o levantamento, a Defensoria está à frente, por exemplo, do Ministério Público, da Polícia e das Forças Armadas. Para quase 50% dos entrevistados, a Defensoria é muito importante, enquanto 43% a consideram importante. Além disso, ela é avaliada como a mais relevante na proteção de crianças e jovens.

Em relação à confiança nas instituições, novamente a Defensoria se destaca, só ficando atrás das Forças Armadas. A pesquisa compara os dados de 2017 com os de 2014, quando foi realizada pesquisa semelhante. Em todos os quesitos avaliados, a Defensoria melhorou sua posição no ranking das instituições. É o caso, por exemplo, do conhecimento da população no trabalho da Defensoria, que passou de 7º lugar, em 2014, para 5º na pesquisa deste ano. E na importância, que saltou de segundo para primeiro lugar.

“Isso mostra que a Defensoria Pública está no caminho certo em seu trabalho de apoio aos hipossuficientes e, principalmente, às crianças e jovens”, afirma Leonardo Scofano, presidente da Associação Paulista dos Defensores Públicos (Apadep). “Mesmo com deficiências materiais, falta de recursos e de defensores para o atendimento da população, o trabalho vem sendo reconhecido, um estímulo para a nossa atuação”, afirma.

Materia publicada na revista ISTOÉ, em setembro/2017

# Centro de Referência em Direitos Humanos

O Centro de Referência em Direitos Humanos vem trabalhando, desde janeiro de 2014, para atender a demanda apresentada pelas pessoas e grupos vulneráveis que têm seus direitos violados, prestando atendimento sigiloso, integral e humanizado, articulando com a rede de atenção socioassistencial, psicossocial e sociedade civil.

Os serviços ofertados buscam garantir o acesso à cidadania daqueles que necessitam de suporte através da realização de acolhimento/orientações por meio de atendimento jurídico e psicossocial; acolhimento de denúncias; articulação com a rede de serviços, participação e realização de palestras em eventos relacionados ao tema Direitos Humanos e cidadania.

Desde sua inauguração, o Centro se mostra como ponto de identificação para toda população gaúcha, nas

questões atinentes a violações de direitos humanos, no âmbito familiar, estatal e social e tem recebido grande destaque jurídico-social no Estado do Rio Grande do Sul e também no cenário nacional.

## ATENDIMENTOS NO CRDH/DPE-RS

Atendimento Inicial	820
Disque-Acolhimento	752
Acolhimentos	310
Atendimento Psicossocial	183
Atendimento Jurídico	86
<b>TOTAL</b>	<b>2.151</b>

## PROJETO VIRANDO A PÁGINA

A partir de fevereiro de 2017, o CRDH-DPE/RS, em parceria com o CECADEP, iniciou o Projeto Virando a Página, destinado a adolescentes submetidos às medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação com possibilidade de atividades externas - ICPAE, em atendimento pela Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE). O Projeto visa à construção de sujeitos de direito para o acesso à justiça e para a vida em sociedade por meio de oficinas de capacitação em direitos e de fortalecimento da cidadania. Foram realizadas oficinas com os seguintes temas: “Direitos Humanos, Acesso à Justiça e a Defensoria e a Medida Socioeducativa”, “Direitos Sexuais, Reprodutivos e Uso de Drogas”, “Discriminações e Violências”, “Mediação de Conflitos” e “Educação e Trabalho”. Já ocorreram três edições do Projeto, somando 14 oficinas e alcançando 23 adolescentes. Atualmente está em andamento a 4ª edição.



## PREMIAÇÃO

O trabalho realizado pela equipe multidisciplinar do CRDH-DPE/RS voltado à promoção da cultura dos direitos humanos na área de segurança pública com foco na violência policial tornou-se reconhecido em nível nacional como prática inovadora ao vencer a 22ª edição do Prêmio Direitos Humanos, promovido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania na categoria “Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência”. O prêmio é a mais alta condecoração do Governo Brasileiro a pessoas e entidades que se destacaram na defesa, na promoção e no enfrentamento das violações dos Direitos Humanos no Brasil e tem o intuito de ampliar a sensibilidade da sociedade brasileira a respeito da temática.



# Centro de Referência em Mediação e Conciliação



A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul criou e regulamentou, em julho, o Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC), estruturando-o como um projeto-piloto voltado prioritariamente à área de direito das famílias. O atendimento do CRMC inclui a Oficina de Parentalidade e sessões de mediação, técnicas conjuntas de educação em direitos e resolução de conflitos que envolvem relação continuada. Pioneiro no Brasil por unir dois fundamentos – mediação e educação em direitos, o CRMC tem como missão promover a paz na resolução de conflitos e viabilizar a mediação familiar como alternativa ao ajuizamento de ações, valendo-se de métodos autocompositivos para solucionar litígios e conflitos no ambiente familiar.

Partindo do princípio de que o acesso à Justiça deve ser percebido como uma experiência positiva de resolução do conflito e pacificação social e não como instauração de um processo que tem por fim a obtenção de uma decisão judicial, o novo Código de Processo Civil abriu espaço aos métodos de solução consensual dos conflitos. Entre as vantagens práticas da mediação, observam-se a redução dos custos e do tempo médio de resolução do litígio, a participação dos envolvidos no controle dos procedimentos do início ao fim, a confidencialidade, a flexibilidade e a informalidade. Ao oferecer o serviço de mediação aos assistidos, a Defensoria Pública se fortalece como instrumento de acesso à Justiça, cuja eficácia é definida pela utilidade, qualidade e rapidez que proporciona na pacificação social, devolvendo ao cidadão o sentimento de pertencimento e a satisfação de se sentir ouvido pelo Poder Público.

## Oficinas de Parentalidade

Considerando que a mediação depende de adesão voluntária, e que para modificar a cultura do litígio é preciso conhecimento, a Oficina de Parentalidade da Defensoria Pública é oferecida em caráter preparatório, promovendo a educação em direitos, com a abordagem de temas como poder familiar, guarda, alienação parental, alimentos, e noções de comunicação não violenta, com a exposição de vídeos educativos, estimulando o desenvolvimento harmônico e sustentável das relações no ambiente familiar, bem como o cumprimento das responsabilidades decorrentes da parentalidade, modificando o foco da relação conjugal para a relação parental.

Mais de **580** pessoas já participaram da Oficina de Parentalidade, que são ministradas nas dependências do CRMC e, de forma itinerante, no interior do Rio Grande do Sul.

Em **19** Oficinas de Parentalidade já ministradas, o índice de participantes muito satisfeitos é de **62%** e satisfeitos é de **37%**, alcançando **99%** de satisfação. Dos **352** pais que participaram da oficina, **96%** a recomendariam para amigos e familiares.

**82%**

dos participantes da Oficina optaram pela mediação para resolverem conflitos em vez do ajuizamento de ações, o que prova que desejam o diálogo na resolução de litígios.

Mais de

**60**

mediações já foram realizadas em apenas dois meses de atuação.



Centro de Referência em  
Mediação e Conciliação  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Curso de formação de mediadores

30 Servidores da Instituição interessados na mediação foram capacitados na teoria e na prática para atender as demandas do CRMC e já estão realizando mediações. Além disso, um convênio com quatro Universidades foi firmado para garantir que mediadores qualificados e capacitados atendam no Centro em 2018.



# Defensoria Itinerante no Sistema Prisional

Verificar a situação estrutural dos presídios, revisar a situação dos processos de execução criminal (PECs) e buscar reduzir a superlotação das casas prisionais colaborando com a diminuição da crise da segurança pública são os objetivos do projeto Defensoria Itinerante no Sistema Prisional (DISP). A iniciativa, que se configura como uma missão de justiça nos presídios, prevê atuação em todas as casas prisionais em um sistema de mutirão, conduzido via força-tarefa pelos Defensores Públicos e apoio de servidores da Instituição. Ao fim do projeto se prevê oportunizar o mapeamento do sistema prisional gaúcho, diagnosticando violações à dignidade da pessoa humana e assegurando o cumprimento da Constituição Federal e da Lei de Execuções Penais.

Iniciado em maio, o DISP já atuou pelo Presídio Estadual de Erechim e pela Penitenciária Modulada de Montenegro

A Defensoria Pública tem atribuição de fiscalizar o cumprimento da Lei de Execuções Penais, sendo o grande montante dos vulneráveis (presos) atendidos pela Instituição (80%).

## Presídio Estadual de Erechim

- Total de Processos de Execução Criminal (PECs) analisados: **512**
- Total de atendimentos realizados: **441**
- Situação jurídica individual analisada: **630**
- Total de pedidos: **144**

## Penitenciária Modulada de Montenegro

- Total de pedidos: **231**
- Total de atendimentos: **680**

Foram feitos pedidos de providências e sugestões nos estabelecimentos prisionais como reformas, construção de salas exclusivas para a Defensoria Pública, fortalecimento da segurança interna com aumento do efetivo de agentes; compra de extintores de incêndio e hidrantes, entre outros.



# Ações Institucionais

## PROJETO PAI? PRESENTE!: GARANTINDO DIREITOS

Tendo como princípio que todas as pessoas têm o direito de saber sobre sua verdadeira identidade, ou seja, de conhecer a sua origem e de ter o nome do pai em seus documentos, o projeto Pai? Presente, realizado desde 2012, em parceria com a Associação dos Registradores e Notários do Rio Grande do Sul (ARPEN/RS) e a Fundação Estadual de Proteção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), busca resgatar a importância da figura paterna e a sua efetiva participação

na vida de um filho. Além disso visa garantir o direito ao conhecimento da identidade biológica do indivíduo e incluir o nome do pai no registro civil, com a possibilidade de realização de exames de DNA gratuitos. A relevância da iniciativa se traduz na garantia de um direito fundamental do indivíduo, atuando ainda na prevenção de ciclos de violência e criminalidade, evitando a judicialização de inúmeras ações.

Exames agendados  
judicialmente

1585

Exames realizados no período

690

Exames agendados  
extrajudicialmente

649

Exames realizados no período

557

1.247

foi o número de  
exames realizados  
no período



A Defensoria Pública oferece, de forma gratuita, a realização de exames de DNA para testagem de origem genética (convênio firmado com o Tribunal de Justiça do RS e a FEPPS). A Instituição gerencia o agendamento de 260 exames mensais, com coleta centralizada em nove municípios que possuem laboratórios conveniados.

mais de  
**6.500**

exames desde o início do projeto



**DE OUTUBRO DE 2016 A SETEMBRO DE 2017**

a Defensoria Pública encaminhou 688 cartas-convite às mães que registraram a criança apenas com o seu nome. Destas, 209 compareceram ao atendimento no Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente e 54 indicaram nome do suposto pai, resultando em 16 exames de DNA agendados gratuitamente e 39 atendimentos de supostos pais.

# MUTIRÕES DO PROJETO ESTENDER A MÃO LEVARAM DIGNIDADE E ACESSO À JUSTIÇA ÀS COMUNIDADES CARENTES DE PORTO ALEGRE

Um esforço concentrado de promoção de cidadania e de redução da exclusão social foi a força motriz do projeto Estender a Mão: Mãos que Buscam e Mãos que Acolhem do Departamento de Aposentados e Pensionistas da Defensoria Pública em três temporadas de mutirões no período.

Foram **mais de 200 pessoas beneficiadas** com o acesso à justiça de forma integral e gratuita e ações de educação em direitos via atuação

voluntária das Defensoras Públicas aposentadas em comunidades de Porto Alegre com população carente sem ou com pouco acesso a serviços públicos.

Em acolhimentos individuais às pessoas em situação de multivulnerabilidades foram prestadas orientação jurídica e encaminhadas ações para o ajuizamento sobre medicamentos, investigação de paternidade, defesa da moradia, vagas em creches, defesa do consumidor,

guarda, ação de alimentos, violência doméstica, dentre outras questões jurídicas.

O projeto Estender a Mão passou pela Ilha Grande dos Marinheiros (Semana de Porto Alegre) e pelos bairros Santa Maria Goretti e Bom Jesus, e foi executado com o apoio técnico de servidores e estagiários da Defensoria Itinerante e teve ainda o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social de Porto Alegre.



## I JORNADA UNIVERSITÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA



Mais de 250 universitários participaram, em Cachoeira do Sul, da I Jornada Universitária da Defensoria Pública: Direito em Debate, no Campus da Ulbra. O evento apresentou conceitos, aptidões e aplicabilidades no âmbito jurídico-

processual da Instituição com o intuito de oportunizar aos estudantes de Direito conhecimentos e vocação para o ingresso na carreira. Durante os três dias de atividade, os acadêmicos aprenderam aspectos jurídico-políticos acerca da importância da Defensoria na prestação da assistência jurídica e orientação em direitos das parcelas mais carentes da comunidade gaúcha. Dentre os temas abordados nas palestras foram abordados a evolução histórica da Defensoria Pública no Brasil, a atuação judicial na seara da Infância e da Juventude e extrajudicial no Direito de Família pelo Centro de Referência em Mediação e Conciliação. Além destes, conteúdos a respeito da evolução de metagarantias, defesa criminal pela Defensoria e teses defensivas no Tribunal do Júri também foram compartilhados por Defensores Públicos, com participações de Magistrados, Promotores de Justiça e Advogados.

## AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Por meio da campanha de consumo sustentável, a Defensoria Pública realizou diversas ações de estímulo à preservação do meio ambiente. Foram entregues a assistidos e ao público interno mudas de árvores frutíferas doadas pela Fundação Zoobotânica e flyers com conteúdo sobre reciclagem, reaproveitamento de papel e dicas para ter atitudes ambientalmente corretas, no dia Mundial do Meio Ambiente. O sistema de coleta seletiva e a adesivagem de indicadores para economia de energia em interruptores de luz foram intensificados. Um espaço online no site da Defensoria foi criado para estimular e promover boas práticas de conservação do meio ambiente e medidas de economicidade de recursos naturais. Um bicicletário foi instalado na nova sede também para estimular atitudes sustentáveis.



# ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL: OTIMIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE E REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO

A Defensoria Pública, como instrumento de promoção dos direitos humanos e do acesso à justiça, trabalha para garantir a efetiva prestação do direito ao acesso à saúde. Nesse sentido, o foco da atuação está na efetivação do direito à saúde, de forma prioritária, por meio da atuação extrajudicial, reduzindo-se a judicialização. No período, houve uma notória redução do ingresso de ações individuais, garantindo-se a otimização da prestação de serviço e a diminuição dos gastos para o Estado. Além disso, a atuação em rede permitiu a qualificação das demandas.

Dois exemplos práticos já trazem resultados representativos. Na Comarca de Gravataí, houve **redução de 58% na judicialização da saúde** (referente ao número de processos) no período de janeiro a dezembro de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior, e de 70% considerando o biênio 2013-2015 com a atuação extrajudicial. Em termos de valores (gastos com assistência e medicamentos), **no biênio 2013/2015, a economia**

**foi de cerca de R\$ 1,5 milhão de reais.** De mesma forma, após a assinatura de termo de acordo de cooperação técnica com a Prefeitura, a Comarca de Santa Maria também conseguiu reduzir o índice de judicialização nas demandas de saúde mental. **Em média, houve necessidade de apenas 20% de ajuizamentos, entre junho e setembro. No mesmo período do ano passado, mediante a apresentação de documentos, 100% das demandas foram ajuizadas.**

A atuação extrajudicial da Defensoria Pública prioriza a cooperação entre os setores públicos, visando a otimização da assistência à saúde, melhorando a prestação de serviço à população e a redução de demandas judiciais. Em consequência, fomenta o aprimoramento da rede pública de atenção à saúde, ao priorizar as soluções administrativas para as demandas dos assistidos da Instituição.

*“Não existe um bem mais importante do que a vida. Estamos protegendo-a. O fato de estarmos reduzindo o ajuizamento não significa que estamos enfraquecendo o acesso à população ao sistema de saúde. Pelo contrário. Estamos gerando uma economia que vai possibilitar um atendimento ainda melhor. É altamente valorizada a atuação extrajudicial na defesa da saúde, garantindo mais rapidamente a prestação do serviço ao assistido”.*

Cristiano Vieira Heerdt, Defensor Público-Geral do Estado

## Dados estatísticos de Gravataí:

Estimativa da demanda*			
Ano	Quantidade de processos/mês	Nº de processos/ano	%
2013	57	683	-
2014	47	565	58% 2013-2014
2015	33	398	70% 2013-2015

\*Dados fornecidos pelo Depto. Jurídico do Município de Gravataí

## Dados estatísticos de Santa Maria:

	Atendimentos	Ajuizamento	%
Junho/2017	17	5	29%
Julho/2017	29	8	28%
Agosto/2017	12	1	8%
Setembro/2017	20	2	10%
Junho a Setembro/2017	78	16	21%

	Gastos com Judicialização (valor)	Percentual
2013-2014	Economia de R\$ 1.752.808,64	Redução de 72%
2014-2015	Aumento de R\$ 354.907,04	Aumento de 51%
2013-2015	Economia de R\$ 1.397.901,60	Redução de 57%

Redução do número de processos ano a ano: considerando o biênio 2013/2015, redução de gastos com a judicialização de 57% (economia de R\$ 1.397.901,60).



# Perspectivas e Desafios

Os dados e os números apresentados no relatório de 2017 mostram a evolução e o crescimento da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. Ano após ano, a Instituição vem ampliando o número de atendimentos no Estado e propiciando um serviço cada vez mais qualificado.

Percebe-se, no entanto, que a ampliação da estrutura da Defensoria Pública não tem acompanhado a expansão da organização judiciária, que resulta da criação de mais comarcas e varas judiciais no território gaúcho. Infelizmente, ainda há cerca de uma dezena de comarcas que não são atendidas pelo órgão, situação que dificulta o acesso à justiça e traz danos significativos à população mais vulnerável.

É necessária a elaboração de um plano específico de fortalecimento e o incremento do quadro de agentes e servidores da Defensoria Pública, especialmente para que todas as comarcas do interior do Rio Grande do Sul tenham atendimento, com base na Emenda Constitucional nº 80/2014, aprovada pelo Congresso Nacional.

No campo da gestão pública, o desafio é acelerar o processo de profissionalização. A autonomia funcional,

administrativa, orçamentária e financeira outorgada à Defensoria Pública pela Constituição Federal impõe ao órgão e seus gestores o dever de buscar a otimização e o planejamento dos gastos públicos, mormente em meio ao cenário de crise econômica.

É necessário qualificar ainda mais o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública, priorizando a resolução extrajudicial dos conflitos sociais e o ajuizamento de demandas coletivas, reduzindo-se, assim, o ingresso de ações no sistema de justiça que está abarrotado de demandas.

Para vencer as dificuldades e os problemas sociais no Rio Grande do Sul, o compromisso assumido pela Defensoria Pública está voltado para a atuação de forma integrada e sistêmica com o Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.

Assim, consolidaremos a Defensoria Pública no Rio Grande do Sul como uma instituição cada vez mais próxima da população vulnerável, voltada à resolução dos conflitos e das demandas sociais.



# Relatório Anual 2017 Realização

**Comissão Editorial**  
Administração Superior

**Jornalista Responsável**  
Nicole Borges de Carvalho  
(DRT 83284179)

**Equipe ASCOM/DPERS**  
Sandrine Knopp  
Thiago Oliveira  
Vinicius Flores

**Estagiários ASCOM/DPERS**  
Rafaela Trajano  
Renan Neves  
Victoria Urbani

**Projeto Gráfico**  
Pedro Chein  
Sandrine Knopp

**Fotografias**  
ASCOM/DPERS



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---





## Defensoria Pública do Rio Grande do Sul

Rua Sete de Setembro, 666

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

(51) 3211-2233



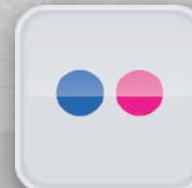
[www.defensoria.rs.def.br](http://www.defensoria.rs.def.br)



[@\\_defensoriaRS](https://twitter.com/_defensoriaRS)



[facebook.com/defensoriars](https://facebook.com/defensoriars)



[flickr.com/defensoriars](https://flickr.com/defensoriars)



[issuu.com/defensoriapublicadoriograndedosul](https://issuu.com/defensoriapublicadoriograndedosul)



[instagram.com/defensoriapublicars](https://instagram.com/defensoriapublicars)